

PGI - PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DA ORLA

PROJETO ORLA

2022

PARATY
P R E F E I T U R A



CRÉDITOS

Órgãos do Governo Federal

Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade –
ICMBio

Ministério do Turismo

Ministério da Educação / Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ministério do Desenvolvimento Regional

Ministério da Economia / Secretaria de Patrimônio da União – SPU

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

CEPO - Coordenação Estadual do Projeto Orla¹

Superintendência do Rio de Janeiro da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio
da União no Estado – SPU/RJ,

Instituto Estadual do Ambiente – INEA, ao qual se vincula a Coordenação Estadual do
Gerenciamento Costeiro – GERCO e

Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO

Comissão Técnica Estadual Projeto Orla²

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADS;

Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEPDET;

Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — FEEMA;

Fundação Instituto Estadual de Florestas — IEF/RJ;

Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas — SERLA

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ;

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro — FIPERJ;

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

¹ Por ser desejável que o órgão estadual responsável pela política de planejamento e desenvolvimento urbano também integre a CEPO, a SPU/RJ oficiou a Secretaria de Estado das Cidades mas, até o presente, não obteve retorno.

² O Decreto 32.421, de 16/12/02, Instituiu Comissão Interinstitucional de Acompanhamento do Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima do Estado do Rio de Janeiro, cuja coordenação nacional é feita pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, do Programa Nacional do Meio Ambiente II, em conjunto com a Secretaria do Patrimônio da União vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com o objetivo de coordenar as ações de gestão da orla marítima junto aos Municípios contemplados pelo Projeto Orla, constituída pelos citados.

Prefeitura de Paraty

Prefeito

Luciano de Oliveira vidal

Coordenação Municipal do Projeto Orla

Gestor de praias e suplente

Wanderson Teixeira

Sergio Daflon de Mello

Órgãos da administração municipal, responsáveis e área de atuação

Secretaria Municipal do Ambiente - SEMAM

Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SHRF

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SMAP

Secretaria Municipal de Obras e Transporte- SOT

Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR

Secretaria Municipal de Cultura – SECULT

Secretaria Municipal de Educação- SME

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil - SMS/DC

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEL

Secretaria Municipal de Planejamento – SECPLAN.

Secretaria Municipal de Finanças – SECFIN

Instituições privadas e da sociedade civil organizada participantes das oficinas

Associação das Escunas de Paraty - AEP

Associação de Guias de Turismo e Turismólogos de Paraty - Piiraty

Associação de Moradores de São Gonçalo

Associação de Moradores de Trindade – AMOT

Associação de Moradores e Amigos do Jabaquara – AMAJ

Associação de Surf de Trindade – AST - Praia de Trindade

Associação Moradores Praia de Mambucaba

Associações de Barqueiros e Pequenos Pescadores – ABAT

Barqueiro - Barco oceano

Barqueiros / turismo náutico

Biblioteca Comunitária Casa Azul

Canoa Paraty

Clube Vale Radical

Coletivo Caiçara
Colônia de Pesca Z18
Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande - CBH-BIG
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro – CREA/RJ
Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras – CNCTC
Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba – FCT / OTSS
GEKO Bar
Instituto Náutico Paraty
Jeepeiros Associados de Paraty - JAP
Marinas (188, Píer 46, Boa Vista, Porto Real)
Observatório de Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina - OTSS
Paraty Convention & Visitors Bureau – CVB
Projeto Redes / OTSS
Quiosques (Pontal, Jabaquara, São Gonçalo e Prainha de Mambucaba)
S.A. Paraty Industrial
Va'aparaty

Coordenação Técnica do Programa Brasil Essa é a Nossa Praia

Coordenação:

Leilianne Michelle Trindade da Silva Barreto
Ricardo Lanzarini

Assistente de Coordenação:

Michel Jairo Vieira da Silva
Stella Magaly de Andrade Sousa

Facilitadores do Projeto Orla e equipe, quando houver

Coordenação:

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Equipe Técnica:

Paulo F. Garreta Harkot
Maria Claudia Kohler
Laura Piatto
Paola Samora

Consultor ad hoc

Eduardo Brandão

Sumário

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO ORLA	8
1.1. Breve histórico do Projeto Orla nacional, estadual e municipal	12
1.2. Breve apresentação da evolução histórica da ocupação da orla e principais problemas de apropriação incorreta e conflitos de uso na orla	13
1.3. Dados do TAGP e desenvolvimento do PGI	14
1.3.1. Data de assinatura do TAGP	14
1.3.2. Data de realização das etapas I e II da Oficina de Planejamento Integrado e Participativo	14
1.3.3. Data de instituição e composição do Comitê Gestor da Orla	14
1.3.4. Desafios e contribuição do Projeto Orla e do PGI para o município	14
1.3.5. Descrição do processo de mobilização: reuniões, seminários, oficinas, registro fotográfico dos eventos e de presenças	15
2. OBJETIVO	16
2.1 OBJETIVO GERAL	16
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO (PGI E TAGP)	18
3.1. Delimitação da Orla municipal e área do PGI	18
Contexto da Orla municipal – Unidades de Planejamento e análise das Unidades de Paisagem	18
3.1.1. UPL – Unidades de Planejamento 01	20
3.1.2. UPL – Unidades de Planejamento 02	24
3.1.3. UPL – Unidades de Planejamento 02 – Setor 2	29
3.1.4. UP – Unidades de Planejamento 02 – Setor 3	32
3.1.5. UPL – Unidades de Planejamento 03	35
3.1.6. Unidades de Planejamento 04	38
3.1.7. UPL – Unidades de Planejamento 05	41
4. INFRAESTRUTURA	44
4.1. INFRAESTRUTURA URBANA	44
4.1.1. Infraestrutura de abastecimento de água	44
4.1.2. Infraestrutura de energia elétrica	44
4.1.3. Infraestrutura e procedimentos de coleta de resíduos (Cláusula 3ª do TAGP, inciso I)	44
4.1.4. Infraestrutura de esgotamento de água (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I)	44
4.1.5. Obras para contenção dos processos erosivos e/ou de inundação, nos termos da Cláusula Oitava do TAGP	44
4.2. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	44
4.2.1. Quiosques e barracas existentes ou comumente utilizadas na alta temporada (Cláusula Terceira do TAGP, inciso IV)	44

4.2.2	Equipamentos para navegação	44
4.2.3	Demarcação de área para banhistas	45
4.2.4	Demarcação de área para prática de esportes	45
4.2.5	Demarcação de área de fundeio de barcos/ Marinas/ Trapiches	46
4.2.6	Suporte e/ou equipamentos para esportes náuticos	46
4.2.7	Pontos e/ou atividades turísticos.....	46
4.2.8	Certificação de qualidade ambiental e turística de praias / Presença de Guarda-Vidas (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I) / Marcação de áreas balneares	46
4.2.9	Suporte e/ou equipamentos para Primeiros Socorros (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I) / Acesso a veículos de resgate	47
4.2.10	Presença de agentes de segurança (Polícia) (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I)	47
4.3.	ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	47
4.3.1.	Áreas para comércio com identificação quanto à tipologia do estabelecimento (bares, restaurantes, lojas, etc.).....	47
4.3.2.	Áreas para pousadas e hotelaria com informações sobre número de leitos	48
4.3.3.	Áreas de aquicultura	48
4.3.4.	Áreas de pesca e/ou extrativismo.....	48
4.3.5.	Áreas especiais de interesse social (AEIS)	48
4.3.6.	Exploração de publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social (Cláusula Nona do TAGP)	48
4.3.7.	Identificação de ambulantes e quiosques permitidos na área da União (Cláusula Sétima do TAGP).....	48
4.4.	ATRIBUTOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PARÂMETROS AMBIENTAIS	48
4.4.1.	Classificação da Orla (A, B e C), conforme Decreto nº 5.300/2004	48
4.4.2.	Tipos de ecossistemas existentes e serviços ecossistêmicos associados	48
4.4.3.	Existência de proteção para ecossistemas sensíveis (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I)	48
4.4.4.	Áreas de Preservação Permanente	48
4.4.5.	Sítios de interesse histórico, arqueológico, geológico e cultural.....	48
4.4.6.	Presença de áreas de camping não autorizadas	49
4.4.7.	Ocupação em áreas de manguezais/restingas (Cláusula 3ª do TAGP, inciso I)	49
4.4.8.	Pontos e periodicidade de monitoramento da balneabilidade (Cláusula 3ª do TAGP, inciso I).....	49
4.5.	ATRIBUTOS SOCIAIS.....	49
4.5.1.	Presença de comunidades tradicionais.....	49
4.5.2.	Densidade demográfica da orla	49
5.	ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA ORLA.....	49
5.1	Conflitos identificados.....	49

5.1.1	Presença de atividades em dissonância com o uso público da praia (Cláusula Terceira do TAGP).....	49
5.1.2	Informação das possíveis estruturas temporárias instaladas na praia (quiosques, palcos, arenas para esportes e outras mais) e a autorização junto à SPU (Cláusula Terceira do TAGP) 50	
5.1.3	Existência de conflitos fundiários (Cláusula Terceira do TAGP)	50
5.1.4	Existência de mecanismos de denúncias sobre conflitos fundiários e atividades em dissonância com o uso público da praia (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V, item a.6) 50	
6.	CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA.....	51
6.	AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS	61
7.	SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES	78
7.2.	Base legal existente que permita implantar as ações normativas.....	78
7.3.	FÓRUNS DE DECISÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO	80
7.3.1.	Fóruns existentes	80
7.3.2.	Canais de comunicação e denúncia estabelecidos (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V, item a.6)	80
7.2.	INSTRUMENTOS GERENCIAIS E LOCAIS EXISTENTES.....	80
7.2.1.	Permissão de Uso para eventos de curta duração de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, gratuita ou onerosa (Cláusula Sétima do TAGP, inciso I)	80
7.2.2.	Cessão de uso, aos Estados, entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde e às pessoas físicas ou jurídicas, em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional, gratuita ou onerosa (Cláusula Sétima do TAGP, inciso II).....	80
7.2.3.	Contratos e Termos com a Marinha do Brasil.....	80
7.2.4.	Contratos e Termos com Ministério do Meio Ambiente	80
7.2.5.	Contratos e Termos entre Municípios	80
7.2.6.	Contratos e Termos com Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU (Cláusula Sétima do TAGP)	80
7.2.7.	Contratos e Termos firmados com terceiros, com suas respectivas licenças ambientais (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V, item a.5).....	80
7.2.8.	Instrumentos de gestão pesqueira	80
7.2.9.	Plano de Emergência para combater riscos por acidentes naturais e antrópicos	81
7.3.	material técnico- científico disponível	81
8.	CRONOGRAMA GERAL	84
	ANEXO 1 - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA	87

Índice das Figuras

Figura 1: Linha de preamar de 1831 homologada (linha vermelha) e linha de batimetria de 10 metros (linha azul clara). Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.....	18
Figura 2: As cinco Unidades de Planejamento. Fonte: Autores desenvolvido em QGiz sobre base satélite do GoogleEarth.	19
Figura 3: Unidade de Planejamento 01. Fonte: Autores desenvolvido em QGiz sobre base satélite do GoogleEarth.	20
Figura 4: Imagem de 2008. Unidade de Planejamento 01: Identificadas 05 Unidades de Paisagens - UPAs. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.	20
Figura 5: UPL01-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade (máx. de 3 metros). Fonte: Autores.	21
Figura 6: UPL01-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Aterro com desenho geométrico. Presença de um posto Náutico. A Rodovia Governador Mário Covas passa a declive na direção da UPA03. Fonte: Autores.	21
Figura 7: UPL01-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Na área emersa presença de Mata Atlântica. Se difere da UPA01 pela presença da Rodovia Governador Mário Covas que passa a aproximadamente 7 metros de altitude em relação ao nível do mar. Fonte: Autores.	21
Figura 8: UPL01-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Na área emersa presença de Mata Atlântica e Construções das várias Marinas contendo diferentes tipos edifícios. A Rodovia Governador Mário Covas segue num aclave passando de aproximadamente 7 (UPA02) para 48 metros de altitude em relação ao nível do mar. Uma via de acesso, localizada no meio da UPA03 segue num declive até a Marina do Engenho. Fonte: Autores.....	22
Figura 9: UPL01-UPA05 - Unidades de Paisagens 05. Na área emersa nota-se a presença de Praia frequentada por banhistas seguida pela presença de mata atlântica. Nota-se que a 20/40 metros para o interior das águas litorâneas subjacentes a profundidade já atinge os 10 metros de profundidade. Fonte: Autores.	22
Figura 10: Setores da Unidade de Planejamento 02. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.	24
Figura 11: Setor 1 da Unidade de Planejamento 02. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.	25
Figura 12: Histórico de imagens aéreas (2002, 2008 e 2017) com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.	25
Figura 13: Conexão projetada entre o Parque Esportivo Ilha das cobras (projeto em Implantação) e a Praça do Cais do Turismo (projeto em licenciamento).	26
Figura 14. Imagens 2021 com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.....	26
Figura 15: UPL02_S1-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes de baixa profundidade (máx. de 3 metros). Nota-se que é a única UPA da UPL02 que não sofreu aterramento nos últimos vinte anos. Sobre as águas identifica-se a presença de passarela conectando a UPA02 ao centro histórico. Fonte: Autores.	27
Figura 16: UPL02_S1-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Aterro que permite aproximação de embarcações. Grande espaço livre de edificação (200x70m) sem qualificação. A oeste desta área localiza-se a Praça de Skate. Fonte: Autores.	27
Figura 17: UPL02_S1-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Caracteriza-se por ser uma área de aterro com a presença do Mercado de Peixes. A área atrai muitas embarcações e automóveis. Fonte: Autores.	27

Figura 18: UPL02_S1-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Áreas de acesso restrito. Presença de Galpões (Estaleiros) e Espaços não edificadas. O principal acesso é por embarcações. Necessidade de averiguar a regularização fundiária desta área. Fonte: Autores.	27
Figura 19: O Setor 2 da Unidade de Planejamento. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth	29
Figura 20: Imagens 2008 com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.....	29
Figura 21: Imagens 2021 com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.....	30
Figura 22: Imagens da Unidade de Paisagem 01. Fonte: disponível no Google Earth.	30
Figura 23: UPL02_S2-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade. Fonte: Autores.	30
Figura 24: UPL02_S2-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Área de atracamento de embarcações de finalidade turística. Fonte: Autores.	31
Figura 25: UPL02_S2-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. A área com presença de espaços livres públicos significativos que tem importante papel na leitura da paisagem construída (casarios) e natural (baía). Tem projeto em licenciamento esperando o parecer do IPHAN. Fonte: autores.	31
Figura 26: Setor 3 da Unidade de Planejamento 02. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.	32
Figura 27: Imagem de 2001 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.....	32
Figura 28: Imagem de 2021 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.....	33
Figura 29: UPL02_S3-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Área sem intervenções onde prevalece a relação de uma encosta rochosa coberta de Mata Atlântica. Nesta unidade é possível observar alguns lajeados aflorados. Fonte: Autores.	33
Figura 30: UPL02_S3-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Caracterizada pela presença de praia urbana. Presença de quiosques na faixa de areia e de arborizações que diminuem o impacto visual do ambiente construído. Fonte: Autores.	33
Figura 31: Unidade de Planejamento 03. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.	35
Figura 32: Histórico de imagens aéreas (2001 e 2008) com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.	35
Figura 33: UPL03-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue sendo que as águas litorâneas subjacentes são de baixa profundidade (máx. de 3 metros). Área nomeada de Manguezal do Jabaquara. Fonte: Autores.....	36
Figura 34: UPL03-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. A área urbana é nomeada de Jabaquara onde nota-se um intenso processo de consolidação por meio de construções de edificações nos lotes que até 2007 eram ainda não edificadas. A UPA02 se distingue pela ausência de praia de areia sendo que a área de cobertura vegetal original que era o mangue foi substituída por forrações. Fonte: Autores.	36
Figura 35: UPL03-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Praia urbana com presença de quiosques na faixa de areia e de arborizações não originais que diminuem o impacto visual do ambiente construído. Fonte: Autores.	36
Figura 36: Unidade de Planejamento 04 – Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth	38
Figura 37: Imagem de 2021 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.....	38
Figura 38: UPL04-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Margem esquerda: aterrada e retificada. Área ocupada por eventos (Ex.; FLIP). Margem direita: área junto ao sítio histórico retificada de forma a possibilitar a aproximação das embarcações. Fonte: Autores.	38

Figura 39: UPL04-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Margem esquerda: o alargamento da via (Av. Octávio Gama) possibilitou a inclusão de ciclo faixa e passeio público arborizado para caminhadas Margem direita: fundo de lotes privados com leito modificado para atracamento de embarcações. Fonte: Autores.	39
Figura 40: UPL04-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Margem esquerda: via pública (Continuação da Av. Octávio Gama após ponte Hilton Silva) sem passeio público adequado existindo uma faixa compartilhada entre pedestres e ciclistas junto à margem. Margem direita: espaços livres públicos (praças e parques) junto à orla seguido de vias públicas possibilitando acesso físico e visual do rio. Fonte: Autores.	39
Figura 41: UPL04-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Margem esquerda e direita: áreas em processo de consolidação dos parcelamentos lindeiras ao rio. Identifica-se como tendência da área a perda significativa de vegetação e o fechamento visual e de acesso do rio que tende a ficar no fundo de lotes particulares. Fonte: Autores.	39
Figura 42: UPL04-UPA05 - Unidades de Paisagens 05. Margem esquerda e direita: áreas em processo de consolidação dos parcelamentos lindeiras ao rio. Identifica-se a fragilidade da área frente a supressão da vegetação que vem alterando os meandros do rio. Fonte: Autores.	39
Figura 43: Unidade de Planejamento 05. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.	41
Figura 44: Histórico de imagens aéreas (2001 e 2008) com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.	41
Figura 45: Imagens aéreas de 2021 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.....	41
Figura 46: UPL05-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Margem esquerda: Rua André Rebouças com passeio público junto à margem. Bairro Ilha das Cabras e Mangueira já consolidado em 2007. Margem direita: presença de mangue e de parcelamentos não consolidados que parecem respeitar a manutenção de uma mata ciliar. Fonte: Autores.	42
Figura 47: UPL05-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Margem esquerda: Estreitamento da Rua André Rebouças sem passeio público e com construções dos dois lados da via. A margem é ocupada por edificações obstruindo a visão do rio Mateus Nunes. Bairro Mangueira já consolidado em 2007. Margem direita: presença de parcelamentos não consolidados que parecem respeitar a manutenção de uma mata ciliar. Fonte: Autores.	42
Figura 48: UPL05-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Margem esquerda: A Rua André Rebouças volta a se desenvolver junto à margem com passeio público. Margem direita: presença de parcelamentos já consolidados em 2007 que ora destinam espaços públicos junto às margens ora ocupam as margens com edificações. Fonte: Autores.....	42
Figura 49: UPL05-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Margem esquerda: Presença de vegetação rasteira junto ao rio Mateus Nunes. Área onde se localiza o aeroporto de Paraty. Margem direita: Não há espaços públicos junto a margem, entretanto é mantida a mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Fonte: Autores.	42
Figura 50: UPL05-UPA05 - Unidades de Paisagens 05. Margem esquerda: Presença de mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Área localizada na cabeceira da pista do aeroporto com restrições de ocupação. Margem direita: A estrada do Corisco foi ampliada em alguns trechos e tratada mantendo a mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Fonte: Autores.	43
Figura 51: a linha vermelha refere-se ao polígono baseado nos pontos georeferenciados fornecidos pela capinania dos portos como locação da área de fundeio.	46
Figura 52: Hospital Municipal Hugo Miranda localizada na UP02 – Centro - Pontal.....	47
Figura 53: UP01 - Marinas - Cenário Existente.....	52
Figura 54: UP01 - Marinas - Cenário desejado.....	52

Figura 55: UP02 - Centro - Cerário Existente	54
Figura 56: UP02 - Centro - Cenário Desejado – ordenamento das embarcações / proteção do mangue	54
Figura 57: UP02 - Centro - Cenário a ser prospectada a viabilidade – recuperação da dinâmica hídrica para drenagem urbana e transferência do banco de areia com mangue, denominado Terra Nova	54
Figura 58: UP02 - Centro - Pontal - Cenário Existente - quiosques e mobiliário presente em faixa de areia. Necessidade de guarda de barco de pescador	55
Figura 59: UP02 - Centro - Pontal - Cenário Desejado - recuperar a dinâmica de assoreamento e erosão original – regulamentar os quiosques e usos da faixa de areia.	55
Figura 60: UP03 - Jabaguara - Cenário Existente – assoreamento junto ao mangue e erosão junto ao rio jabaquara – quiosques e mobiliário presente em faixa de areia	57
Figura 61: UP03 - Jabaguara - Cenário Desejado – recuperar a dinâmica de assoreamento e erosão original – regulamentar os quiosques e usos da faixa de areia.	58

1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO ORLA

1.1. Breve histórico do Projeto Orla nacional, estadual e municipal

O Projeto Orla é uma metodologia de planejamento integrado amparada no Decreto nº 5.300, de 2004, que regulamentou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, instituído pela Lei nº 7.661, de 1988, e visa à racionalização e à articulação das políticas públicas das três esferas de governo. Seu foco é o planejamento da orla marítima, espaço de gestão territorial definido no Decreto que compreende uma faixa marítima e uma terrestre de largura variável, por meio do Plano de Gestão Integrada da Orla - PGI. É uma ação interministerial que visa a otimizar o ordenamento das orlas, que conta com a participação de diversos atores federais, tais como a Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU, do Ministério da Economia - ME; o Ministério do Meio Ambiente – MMA; o Ministério do Turismo - MTur; o Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR; entre outros, e seus correspondentes estaduais e municipais, além, da participação da sociedade civil organizada. Trata-se, ademais, de um Projeto de âmbito federal, em obediência ao parágrafo 4º, art. 11 da Lei nº 9.636, de 1998, que determina a “obrigação do Poder Público federal, estadual e municipal, observada a legislação específica vigente, zelar pela manutenção das áreas de preservação ambiental, das necessárias à proteção dos ecossistemas naturais e de uso comum do povo, independentemente da celebração de convênio para esse fim”.

O Projeto Orla passou a ter uma gestão mais efetiva sob o aspecto econômico com o advento do art. 14 da Lei nº 13.240, de 2015, que possibilitou a transferência da gestão das orlas e praias marítimas, inclusive as áreas de bens de uso comum com exploração econômica tais como calçadões, praças e parques públicos por meio do Termo de Adesão à Gestão de Orlas e Praias - TAGP aos 295 municípios litorâneos que se enquadram nessas condições, de acordo com dados disponibilizados pela SPU.

O TAGP para orlas e praias marítimas foi regulamentado pelas Portarias da SPU nº 113, de 2017, e nº 44, de 2019, e uma das obrigações assumidas pelo município é a elaboração e implementação do Plano de Gestão Integrada da Orla – PGI. A Lei nº 13.813, de 2019, alterou o art. 14 da Lei nº 13.240, de 2015, e ampliou a possibilidade de transferência da gestão patrimonial de orlas e praias fluviais, estuarinas e lacustres, a aproximadamente 2.000 municípios, cujo TAGP carece de regulamentação. Provisoriamente, para os casos de orlas e praias fluviais, lacustres e estuarinas, oferece-se a possibilidade de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica - ACT, com vistas a garantir a formalização necessária para consecução dos objetivos propostos pelos diversos órgãos e entes envolvidos no processo.

A nova concepção do Projeto Orla visa a consolidar a metodologia para elaboração e implementação de PGI, com a compatibilização entre as políticas econômica, patrimonial, turística e ambiental, fundamentada no tripé mercado/sociedade/governo. O protagonismo assumido pelo Ministério do Turismo com sua inserção na Coordenação Nacional do Projeto Orla traz maior dimensão à gestão das orlas e praias e oferece perspectivas de uma visão sob o aspecto econômico de que o Projeto carecia. Aos municípios que aderirem à gestão das orlas e praias, mediante a assinatura do TAGP ou do ACT, fica assegurado o direito sobre a totalidade das receitas auferidas com as utilizações autorizadas. O Termo de Adesão prevê, entre outras cláusulas, que o município se sujeitará às orientações normativas expedidas pela SPU, conforme segue: “I - a sujeição do Município às orientações normativas e à fiscalização pela Secretaria do Patrimônio da União;” E, um dos requisitos estabelecidos dispõe que o município aderente deverá executar, ou revisar, em um prazo não superior a 3 (três) anos, o Projeto Orla nos moldes do Decreto nº 5.300, de 2004, dos Manuais do Projeto Orla e outras orientações normativas expedidas pela União. A priorização das ações do Orla pelos órgãos federais em municípios que

aderiram ao TAGP e ao ACT é importante fomento para engajamento, minimizando os efeitos da descontinuidade do comprometimento do executivo municipal.

A Prefeitura de Paraty tomou conhecimento do Projeto Orla em 2003, por meio de capacitação realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, resultando no Plano de Intervenção da Orla Marítima de Paraty, focado em ações a serem desenvolvidas na praia do Jabaquara até a Boa Vista, região com maior adensamento populacional e impactos ambientais (BENCHIMOL, 2007)

O Projeto Orla não progrediu e atingiu os objetivos esperados, segundo informações levantadas por Benchimol (2007), por falta de vontade política da administração, naquele momento. Com a mudança de governo no segundo semestre de 2005 e o envolvimento da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, o convênio do Projeto Orla foi assinado mas nenhuma ação de gestão foi adotada considerando o Plano de Intervenção da Orla (BENCHIMOL, 2007).

Em 2020 a prefeitura de Paraty assina o TAGP e em 2022 o município se candidata ao edital do programa “Brasil Essa é Nossa Praia” que possibilita o desenvolvimento do presente PGI – Plano de Gestão Integrado da Orla.

1.2. Breve apresentação da evolução histórica da ocupação da orla e principais problemas de apropriação incorreta e conflitos de uso na orla

As unidades de planejamento tem diferentes características no seu histórico de ocupação. O texto a seguir é uma síntese que é ampliada e aprofundada no Quadro Detalhado que contém as ações e diretrizes propostas.

A UP01 – Marinas é caracterizada pela presença de: a) Marinas; b) praia de parada temporária de embarcações e áreas de mangues remanescentes. Os problemas encontrados nesta unidade estão relacionados ao ordenamento náutico na praia, regulamentação de destinação dos fluidos das embarcações e a questões ambientais referentes à preservação dos mangues e à qualidade da água.

A UP02 – Centro pode ser dividida em 3 setores: Setor 1 – Cais Pesqueiro; Setor 2 – Centro Histórico e Setor 3 – Praia do Pontal. O Setor 1 é caracterizado pela recente intervenção urbana que ordena o cais pesqueiro e implementa um mercado de peixes em uma região até então considerada periférica sem acesso ao turismo. Os principais problemas percebidos refere-se ao ordenamento das embarcações; a falta de saneamento dos bairros populares que acaba por poluir as águas; o assoreamento que dificulta o trânsito das embarcações para o cais e para os estaleiros presentes neste setor. O Setor 2 é caracterizado por ser o centro histórico de Paraty fortemente impactado pela pressão turística. Os principais problemas se relacionam a falta de ordenamento das embarcações que se utilizam do cais de turismo; a regulação e fiscalização dos destinos dados aos fluidos das embarcações; a falta de esgotamento da área central; o assoreamento e ocupação das áreas frutos de assoreamento histórico, que formou a chamada Terra Nova, que alteraram a dinâmica das águas no funcionamento da infraestrutura de drenagem da cidade histórica. O Setor 3 é caracterizado pela praia ocupada irregularmente por quiosques em faixa de areia que distribuem mobiliário (cadeiras e mesas) por quase toda a extensão da faixa de areia além da presença de canoas e embarcações de pesca ocupando a faixa de areia.

A UP03 – Jabaquara é caracterizado por ser um território fruto da implementação de loteamentos. Observa-se a pressão do interesse imobiliário desta unidade. Os loteamentos implementados tem problemas de infraestrutura e saneamento. A orla é caracterizada por áreas com faixa de areia e áreas com a presença de mangue. Observa-se a presença de quiosques em faixa de areia com uso irregular de mobiliário além da presença de canoas e embarcações de

pesca ocupando a faixa de areia. A ação antrópica acabou por alterar a dinâmica hídrica desta região resultando em áreas que passaram a ter erosão da faixa de areia e áreas de sedimentação intensa. Há relatos de mudança da biodiversidade como por exemplo a ausência do vôngole muito comum na região em décadas anteriores.

A UP04 e UP05 se caracterizam por ser áreas estuarinas formadas respectivamente pelos rios Perequê-Açu e Matheus Nunes. Os problemas observados são: o assoreamento dificultando a navegação; a poluição destas áreas em função da falta de saneamento; a dificuldade de mobilidade causada pelos poucos pontos de transposições. No Matheus Nunes (UP05) observa-se a presença de ocupações irregulares em áreas de risco em trechos da margem esquerda e presença de APP na margem direita. No Perequê-Açu (UP04) observa-se a ausência de APP e a implementação de passeio público e ciclovia na margem esquerda.

Cabe ainda destacar uma das questões que merecem destaque. Trata-se da necessidade de preservar, valorizar ou até mesmo resgatar os saberes e fazeres das comunidades tradicionais presentes no território, seja na pesca, nos estaleiros, na relação com o mar e com a cultura local. Por esta razão é que Paraty tem seu interesse como patrimônio da humanidade, declarado por órgãos internacionais pela soma das questões arquitetônicas, urbanísticas, ambientais, paisagísticas e culturais. A preservação da cultura das comunidades tradicionais é fundamental para a gestão da orla municipal de Paraty.

1.3. Dados do TAGP e desenvolvimento do PGI

1.3.1. Data de assinatura do TAGP

A data de adesão ao Projeto Orla foi em 11 de agosto de 2020 e se encontra identificado pelo Processo SPU_SEI 10154.162060/2020-77.

1.3.2. Data de realização das etapas I e II da Oficina de Planejamento Integrado e Participativo

A Etapa I da Oficina foram realizadas nos dias 2, 3, 8, 9 e 10 de junho. e a Etapa II da Oficina ocorreram nos dias 7, 8, 13, 14 e 15 de Junho conforme aprovado junto a CNPO. A estratégia de não ser cinco dias seguidos na Oficina I e de ter mais dois dias na Oficina II foi discutida e aprovada pela CNPO. Teve como objetivo envolver as diferentes representatividades considerando o contexto específico de Paraty. O processo garantiu uma excelente representatividade sendo que os dois dias extras da Oficina II possibilitou qualificar o plano de ação.

1.3.3. Data de instituição e composição do Comitê Gestor da Orla

Destaca-se que o Comitê Gestor encontra-se em processo de instituição e composição que se concretizara a partir da audiência pública. Os trabalhos desenvolvidos até o momento foram organizados pelo Grupo de Trabalho do Projeto Orla que conta com representantes dos diferentes setores da sociedade civil (poder público, sociedade organizada e terceiro setor)

1.3.4. Desafios e contribuição do Projeto Orla e do PGI para o município

DESAFIOS:

Garantir que a ORLA (Praias e Estuarinas) cumpra sua função socioambiental, sendo gerida considerando aspectos da conservação e preservação ambiental, obedecendo aos princípios de ordenamento e gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização, eficiência e boas práticas do uso do solo.

Promover o correto uso e ocupação da orla, garantindo o livre e franco acesso a ela e ao mar, em qualquer direção e sentido, sendo necessário um olhar especial pela comunicação aos

frequentadores e moradores locais quanto da legislação pertinente à utilização dos espaços públicos.

CONTRIBUIÇÕES:

O Projeto Orla e o PGI podem contribuir estabelecendo condições para uma melhor gestão da zona costeira da cidade, buscando uma melhoria continuada, dirigida para a qualificação ambiental e urbanística desse território de maneira a promover a manutenção dos serviços e dos benefícios associados ao ambiente urbano das UPLs e suas UPAs.

O Projeto Orla e o PGI podem contribuir principalmente com relação às questões humanas, considerando as comunidades e população dependentes da orla e dos ecossistemas associados para sua existência.

Sempre em parceria com a sociedade civil, as instituições de ensino, o setor privado e demais atores locais, o Município de Paraty RJ no âmbito do Projeto Orla poderá estruturar políticas públicas voltadas à melhoria da qualidade da orla conforme os princípios, diretrizes e objetivos dos respectivos Planos de Gestão Integrados - PGI legitimados pelos processos participativos nas tomadas de decisões garantindo maior adesão e sucesso na implementação da agenda futuramente estabelecida.

Concluindo, aderir ao Termo de Adesão de Gestão de Praias - TAGP e promover o Projeto Orla implantando o PGI possibilitará a participação entre as diferentes pessoas e instituições, ordenando as responsabilidades de todos os envolvidos, trazendo estabilidade aos processos de um modo geral, o que irá gerar múltiplas oportunidades, ganhos para a população, para os empreendedores de turismo e os agentes culturais e esportivos..

1.3.5. Descrição do processo de mobilização: reuniões, seminários, oficinas, registro fotográfico dos eventos e de presenças

O diário do Projeto Orla (ver item Anexo I) documenta as reuniões e oficinas por meio dos dados, registros fotográficos e listas de presenças. No presente item apresentamos uma síntese da participação sob dois aspectos: o quantitativo e o qualitativo.

ETAPA	DIA	PARTICIPANTES
Oficina Diagnóstico	02/06/22	64
	03/06/22	44
	08/06/22	32
	09/06/22	41
	10/06/22	32
Oficina Planejamento	07/07/22	33
	08/07/22	32
	13/07/22	14
	14/07/22	39
	15/07/22	26

O quadro a seguir apresenta a participação obtida pela assinatura da listas de presenças dos dias das oficinas. Interessante notar que a média diária foi de 36 participantes por dia. A presença no primeiro dia foi bastante expressiva, ocasião que ocorre as apresentações do Projeto Orla envolvendo falas da SPU, IPHAN, UFRN, Casa da Cultura e Executivo Municipal. Se tirarmos esse primeiro dia a média diária da oficinas foi de 30 pessoas.

PARTICIPAÇÃO	
Nº total de pessoas:	167
Média por dia:	36
Média de por dia - Oficina 1:	43
Média por dia - Oficina 2:	29
Nº de Inst./Secr./Dep. do Poder Público:	34
Nº de entidades da Sociedade Civil (2o e 3o Setor):	50

As oficinas tiveram uma excelente representatividade tendo representantes do 1º, 2º e 3º setor da sociedade civil. Do 1º setor (público) houve representantes das diferentes instâncias federativas e do 2º e 3º setor a presença de barqueiros, pescadores, representantes de associações de bairros, das marinas e de comunidades tradicionais, comerciantes, canoeiros, donos de quiosques e proprietários de terras (Jabaquara).



Cabe destacar a presença de representantes da Praia de São Gonçalo e da Praia do Sonho que apesar de não serem áreas contempladas pelas unidades de planejamento apontam a necessidade de ampliar o processo de gestão para outras áreas municipais em futuros processos a serem desenvolvidos a partir da presente ação de desenvolvimento do PGI.

2. OBJETIVO

2.1 OBJETIVO GERAL

Conforme preconizado pelo manual o escopo do Projeto Orla tem por objetivo implementar uma política pública nacional de forma integrada com os diferentes entes federados e com a sociedade civil. O objetivo é estabelecer uma articulação entre as ações de ordenamento da Orla por meio de diretrizes e ações efetivas que visem ao equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental e patrimonial, considerados aspectos e culturas locais que resultam na ocupação urbana, nas atividades turísticas e de lazer, entre outras tantas atividades econômicas.

A orla marítima é composta por ambientes terrestres e marinhos com sobreposição de usos e atividades, bem como de instituições responsáveis pela sua gestão e fiscalização. Assim, o desafio da efetividade da gestão desses espaços se torna uma tarefa complexa, mas extremamente necessária, refletindo-se na destinação de terrenos e demais bens sob o domínio da União, tais como espelhos d'água, praias, Terrenos de Marinha, Acrescidos de Marinha, entre outros.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos básicos do PGI:

- Propor ações e medidas estratégicas de uso desejado para a Orla, considerando regras de destinação de usos à terceiros previstas no TAGP (Cláusula Sétima) e considerando que estas ações e medidas poderão ser custeadas pela aplicação de receitas decorrentes de sanções (inciso IV da Cláusula Terceira do TAGP);
- Compatibilizar o PGI com os demais instrumentos de Gestão Territorial que incidem sobre a Orla, em especial ao Plano Diretor, Zoneamento Ecológico Econômico e o Termo de Adesão à Gestão de Praias Marítimas.
- Promover o ordenamento das embarcações de forma a compreender e atender as necessidades dos barqueiros, pescadores e demais atividades náuticas.
- Apoiar e promover estudos que visem o entendimento da dinâmica hídrica de forma a embasar ações de preservação e de mitigação dos impactos provenientes de ações antrópicas.
- No caso da cidade histórica de Paraty temos um contexto onde grande parte da área histórica central (UP02) é área de Acrescido de Marinha. Portanto a boa gestão da orla possibilita preservar o sítio histórico e as culturas tradicionais locais, razão que levou à UNESCO a conferir o título de Patrimônio Mundial Misto à Paraty.

3. LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO (PGI E TAGP)

A seguir são apresentadas a delimitação da orla de Paraty que foram consideradas pelo presente PGI. Foram 5 unidades de planejamento próximas da áreas central.

3.1. Delimitação da Orla municipal e área do PGI

Conforme o Decreto 5.300/2004 - Seção I, demarcando também área de abrangência do TAGP, a figura a seguir indica a linha de preamar do 1831 (linha vermelha) e as áreas de acréscimo de marinha (linhas amarelas) além de indicar o limite marítimo da orla, isto é, linha onde a profundidade é de 10 metros (linha azul clara).

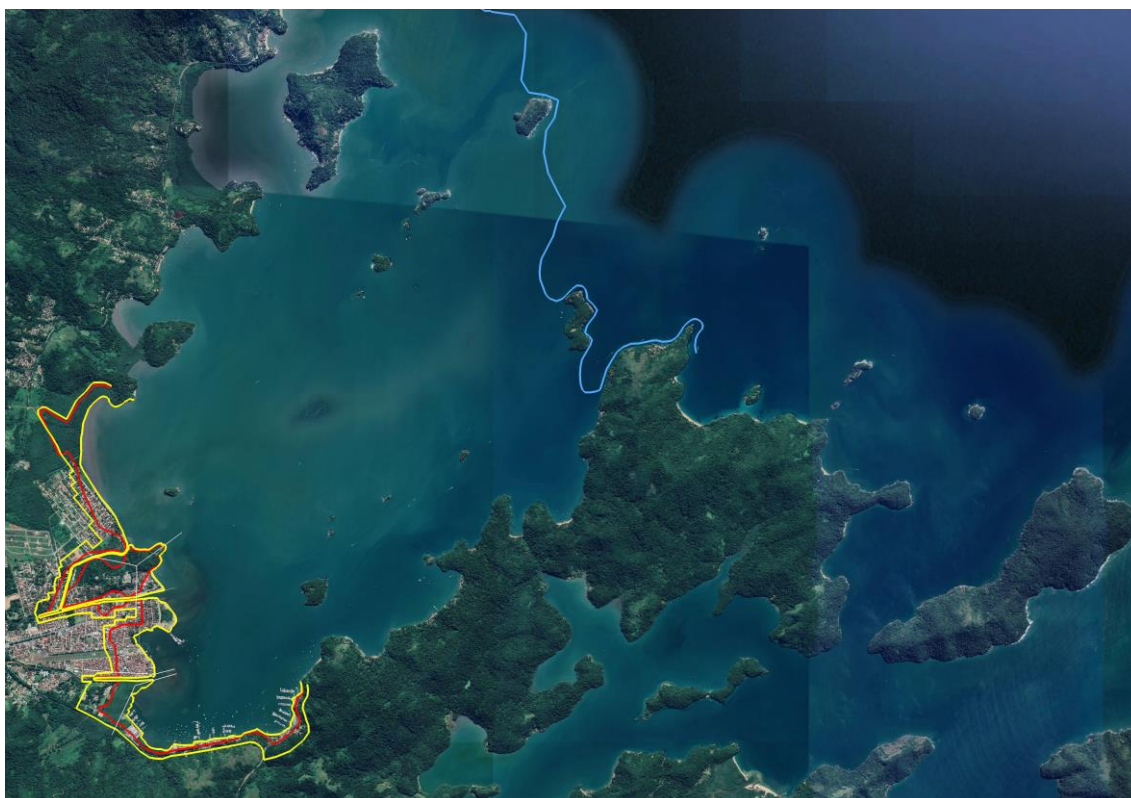


Figura 1: Linha de preamar de 1831 homologada (linha vermelha) e linha de batimetria de 10 metros (linha azul clara). Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.

Contexto da Orla municipal – Unidades de Planejamento e análise das Unidades de Paisagem

Apresentamos a seguir as delimitações das UPLs - Unidades de Planejamento trabalhadas no presente PGI.

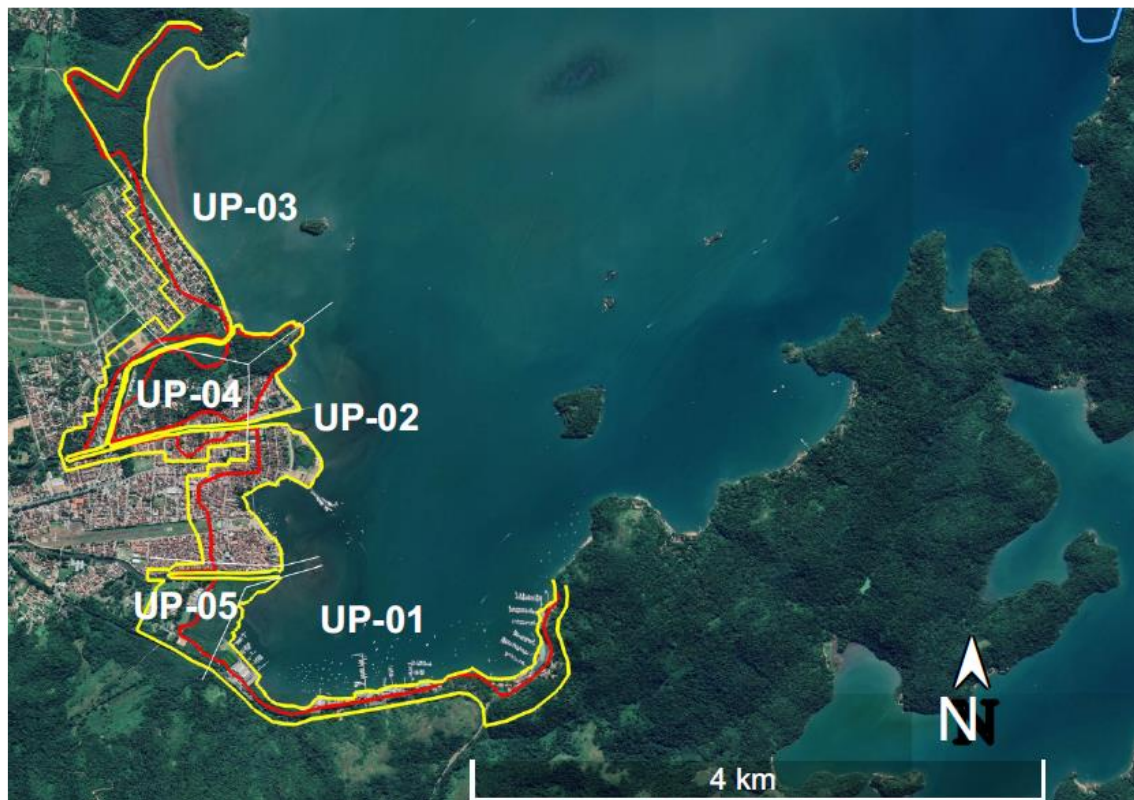


Figura 2: As cinco Unidades de Planejamento. Fonte: Autores desenvolvido em QGiz sobre base satélite do GoogleEarth.

UP1 – Marinas: contempla a região das marinas, se estendendo até a praia do Cantagalo;

- UP2 – Centro Histórico: compreende a região central da sede do município, contemplando a Ilha das Cobras, o Centro Histórico e a Praia do Pontal, se estendendo até o Forte Defensor Perpétuo;
- UP3 – Enseada do Jabaquara: corresponde à enseada da Praia do Jabaquara.
- UP4 – Rio Perequê-açu: corresponde ao trecho fluvioestuarino do Rio Perequê-Açu (área urbana);
- UP5 – Rio Matheus Nunes: corresponde ao trecho fluvioestuarino do Rio Matheus Nunes (área urbana).

Para caracterizar as UPLs identificamos as diferentes UPAs - Unidades de Paisagem existentes em cada Unidade de Planejamento. Desenvolvemos Perfis Típicos e um quadro resumo.

3.1.1. UPL – Unidades de Planejamento 01

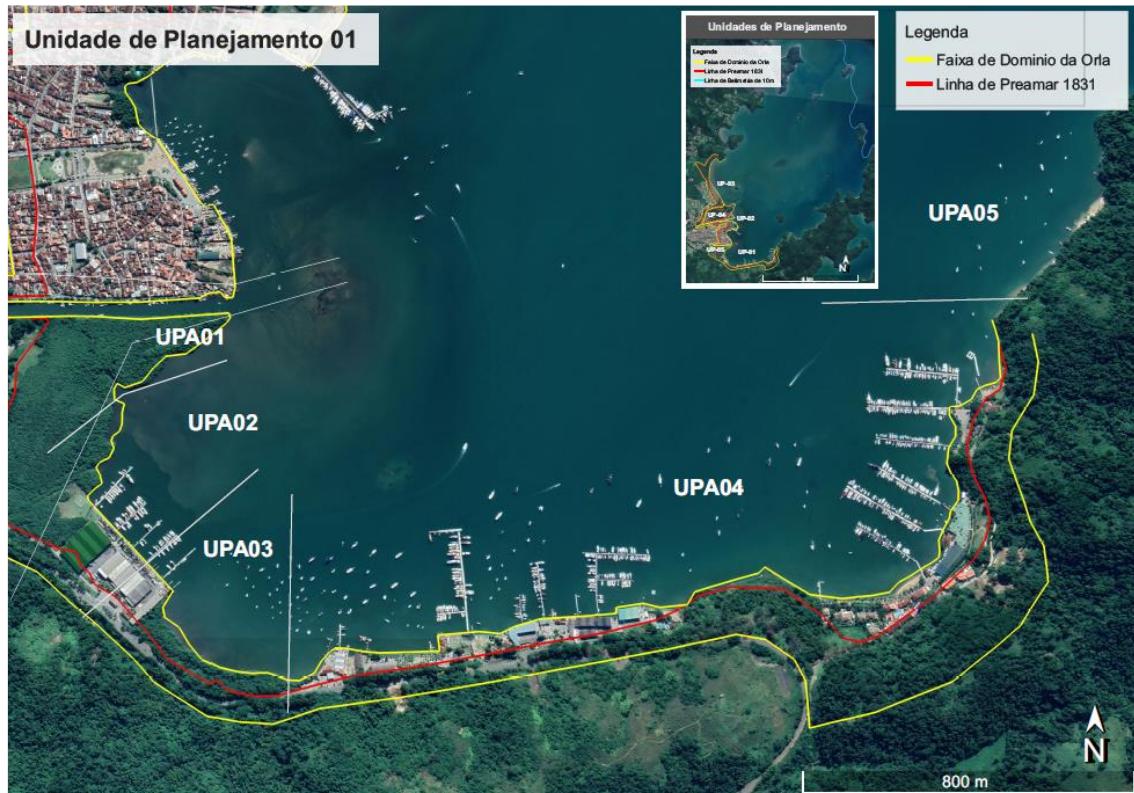


Figura 3: Unidade de Planejamento 01. Fonte: Autores desenvolvido em QGiz sobre base satélite do GoogleEarth.



Figura 4: Imagem de 2008. Unidade de Planejamento 01: Identificadas 05 Unidades de Paisagens - UPAs. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.

Apresentamos a seguir uma secção típica de cada unidade de paisagem que tem por finalidade apresentar a diversidade das situações espaciais e relacioná-las às potencialidades e entraves que foram trabalhadas de forma participativa durante as Oficinas do Projeto Orla Paraty.



Figura 5: UPL01-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade (máx. de 3 metros). Fonte: Autores.

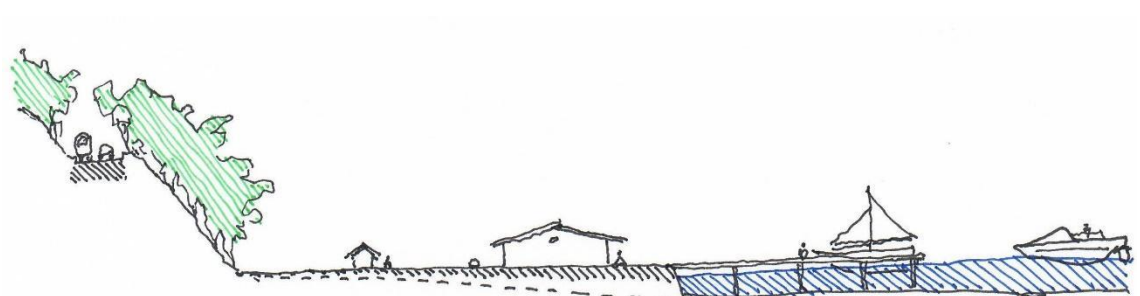


Figura 6: UPL01-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Aterro com desenho geométrico. Presença de um posto Náutico. A Rodovia Governador Mário Covas passa a declive na direção da UPA03. Fonte: Autores.

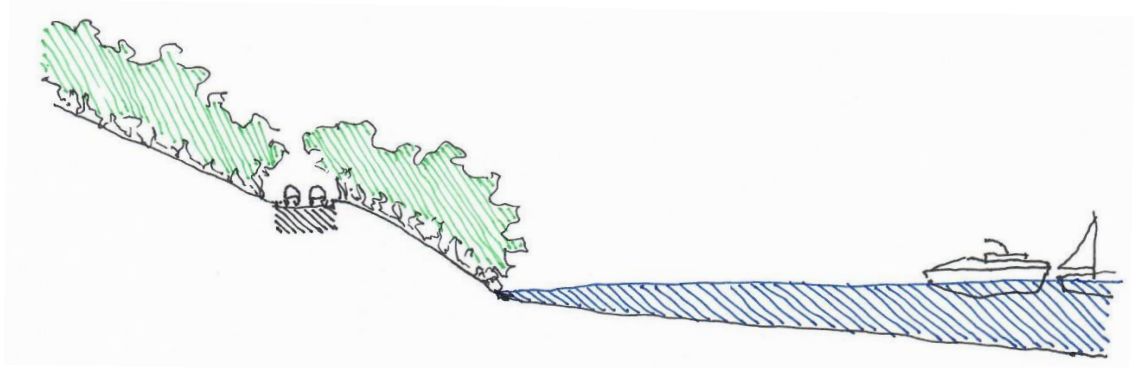


Figura 7: UPL01-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Na área emersa presença de Mata Atlântica. Se difere da UPA01 pela presença da Rodovia Governador Mário Covas que passa a aproximadamente 7 metros de altitude em relação ao nível do mar. Fonte: Autores.

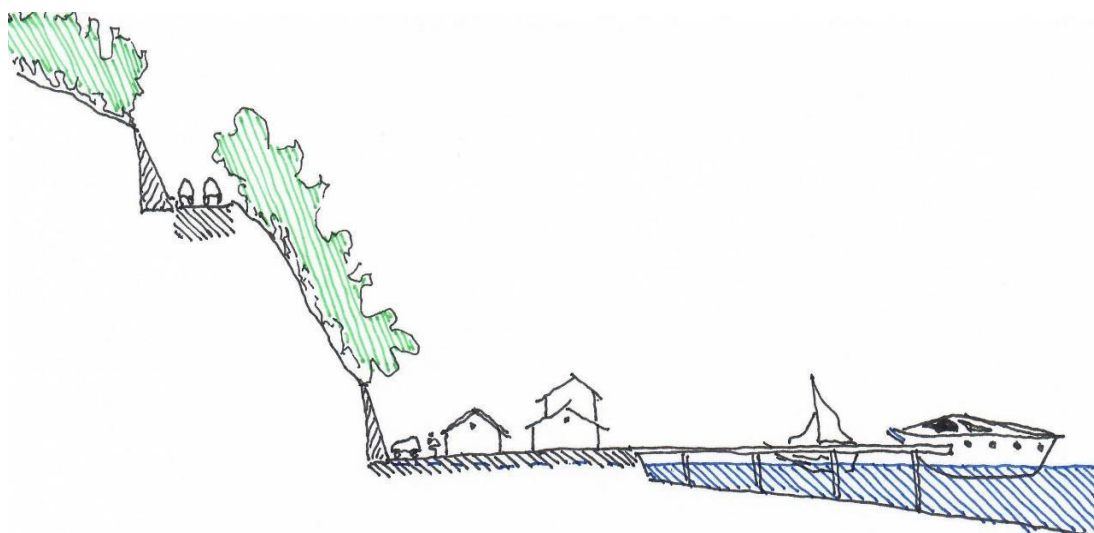


Figura 8: UPL01-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Na área emersa presença de Mata Atlântica e Construções das várias Marinas contendo diferentes tipos edilícios. A Rodovia Governador Mário Covas segue num aclive passando de aproximadamente 7 (UPA02) para 48 metros de altitude em relação ao nível do mar. Uma via de acesso, localizada no meio da UPA03 segue num declive até a Marina do Engenho. Fonte: Autores.

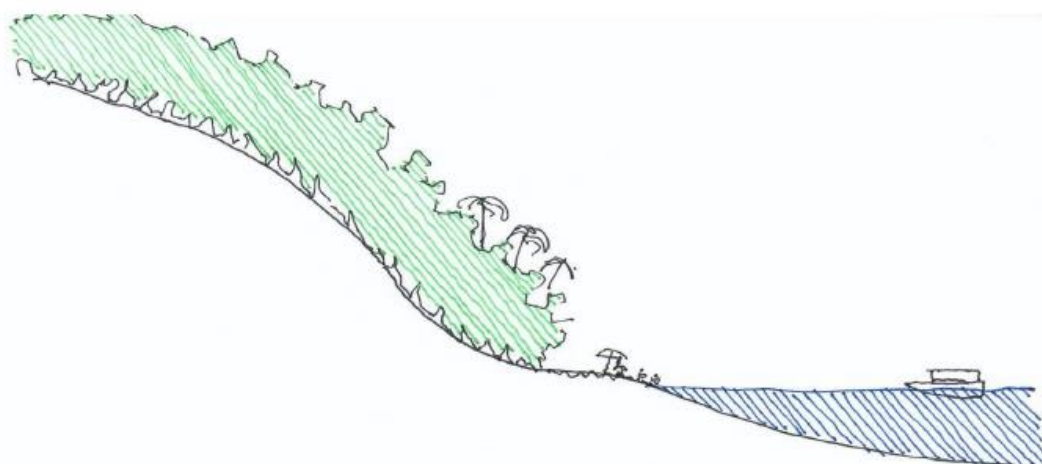


Figura 9: UPL01-UPA05 - Unidades de Paisagens 05. Na área emersa nota-se a presença de Praia frequentada por banhistas seguida pela presença de mata atlântica. Nota-se que a 20/40 metros para o interior das águas litorâneas subjacentes a profundidade já atinge os 10 metros de profundidade. Fonte: Autores.

A seguir apresentamos o Quadro Analítico da Unidade de Planejamento 01. Para cada Unidade de Paisagem são anotadas as transformações espaciais percebidas pela comparação de ortofotos disponibilizadas pelo *Google Earth*. A intenção é identificar as transformações que ocorreram após a promulgação do Plano Diretor de 2007 assim como buscar identificar a idade de determinadas estruturas e aterros. O Quadro 01 também caracteriza a unidade de paisagem e indica alguns agentes que seria conveniente envolver no desenvolvimento do Projeto Orla.

Quadro 01. Quadro Analítico da Unidade de Planejamento 01.

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominantes	Agentes
UPL01	UPA01	Pela análise das imagens não é possível perceber transformações significativas	Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade (máx. de 3 metros)	SEMAM
	UPA02	A área foi aterrada entre 2002 e 2003. Entre 2007 e 2021 acrescentou-se mais um galpão (estaleiro) e foram organizadas as áreas de estacionamento	Aterro com desenho geométrico. Presença de um posto Náutico.	SEMAM; SEL; SECTUR; SHRF; SEDUR; IPHAN; Marina Porto Imperial
	UPA03	Pela análise das imagens aéreas não é possível perceber transformações significativas. Em 2003 havia apenas dois Píeres.	Na área emersa presença de Mata Atlântica. Se difere da UPA01 pela presença da Rodovia Governador Mário Covas que passa a aproximadamente 7 metros de altitude em relação ao nível do mar	SEMAM; SOT
	UPA04	É notório a implementação de novos Pier. Foram construídas no período novas construções (galpões e edificações horizontais de pequeno e médio porte). Implementou-se nova pista de pouso de Helicóptero junto ao posto BR (BR Marinas)	Na área emersa presença de Mata Atlântica e Construções das várias Marinas contendo diferentes tipos edifícios. A Rodovia Governador Mário Covas segue num aclave passando de aproximadamente 7 (UPA02) para 48 metros de altitude em relação ao nível do mar. Uma via de acesso, localizada no meio da UPA03 segue num declive até a Marina do Engenho	SEMAM; SEL; SECTUR; SHRF; SEDUR; IPHAN; Marina Cantagalo; Marina 188; Marina Pier 46; Marina Farol de Paraty; Marina do Engenho, BR Marinas
	UPA05	Pela análise das imagens aéreas não é possível perceber transformações significativas	Na área emersa nota-se a presença de Praia frequentada por banhistas seguida pela presença de mata atlântica. Nota-se que a 20/40 metros para o interior das águas litorâneas subjacentes a profundidade já atinge os 10 metros de profundidade.	SEMAM; SECTUR; SMAP; Pescadores

3.1.2. UPL – Unidades de Planejamento 02

Pelas diversidades de situações desta área de planejamento resolvemos por separá-la em 3 setores.



Figura 10: Setores da Unidade de Planejamento 02. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.



Figura 11: Setor 1 da Unidade de Planejamento 02. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.

O Histórico de imagens aéreas demonstra que até 2002 não existia o aterro (*Waterfront* denominado de Cais Pesqueiro) que configura esta unidade de planejamento. As obras de aterro seguem de 2003 a 2008 sendo que a UPA03 se consolida primeiro, em seguida a UP04 e por fim o aterro da UPA02. É também no ano de 2002 que inicia a implantação da praça onde atualmente existe a Pista de Skate Ilhas das Cobras. Até 2017 não existia o Mercado de Peixes. E entre 2019 e 2020 é implementado uma passarela/infraestrutura que conecta a UPA02 à área histórica de Paraty (PAL03).



Figura 12: Histórico de imagens aéreas (2002, 2008 e 2017) com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.



Figura 13: Conexão projetada entre o Parque Esportivo Ilha das cobras (projeto em Implantação) e a Praça do Cais do Turismo (projeto em licenciamento).



Figura 14. Imagens 2021 com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.

Apresentamos a seguir uma secção típica de cada unidade de paisagem que tem por finalidade demonstrar a diversidade das situações espaciais e relacioná-las às potencialidades e entraves que foram trabalhadas de forma participativas durante a Oficina do Projeto Orla Paraty.

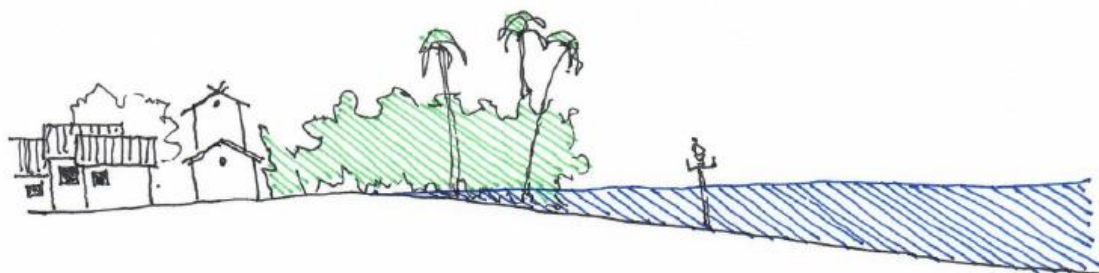


Figura 15: UPL02_S1-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes de baixa profundidade (máx. de 3 metros). Nota-se que é a única UPA da UPL02 que não sofreu aterramento nos últimos vinte anos. Sobre as águas identifica-se a presença de passarela conectando a UPA02 ao centro histórico. Fonte: Autores.

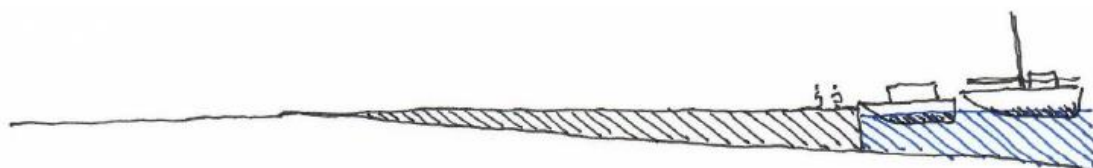


Figura 16: UPL02_S1-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Aterro que permite aproximação de embarcações. Grande espaço livre de edificação (200x70m) sem qualificação. A oeste desta área localiza-se a Praça de Skate. Fonte: Autores.

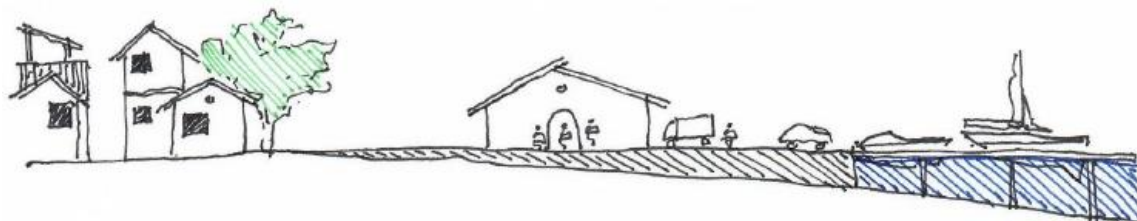


Figura 17: UPL02_S1-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Caracteriza-se por ser uma área de aterro com a presença do Mercado de Peixes. A área atrai muitas embarcações e automóveis. Fonte: Autores.

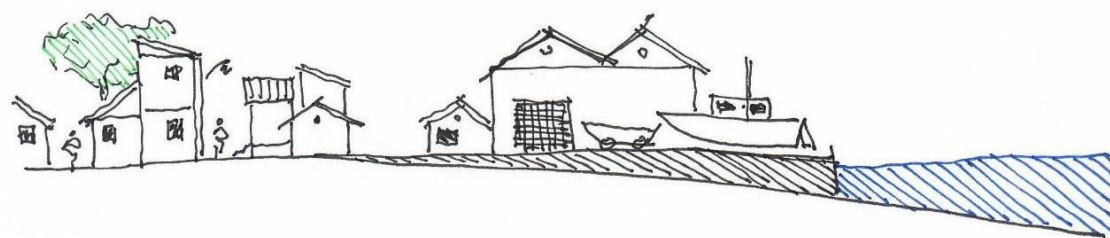


Figura 18: UPL02_S1-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Áreas de acesso restrito. Presença de Galpões (Estaleiros) e Espaços não edificados. O principal acesso é por embarcações. Necessidade de averiguar a regularização fundiária desta área. Fonte: Autores.

A seguir apresentamos o Quadro analítico da Unidade de Planejamento 02 que contém 4 Unidades de Paisagens. Para cada Unidade de Paisagem são anotadas as transformações espaciais percebidas pela comparação de ortofotos disponibilizadas pelo *Google Earth*. A intenção é identificar as transformações que ocorreram após a promulgação do Plano Diretor de 2007, assim como, identificam-se os períodos de formação de determinadas estruturas e aterros. O Quadro 02 também caracteriza cada Unidade de Paisagem.

Quadro 2. Quadro analítico da Unidade de Planejamento 02 Setor 01

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominante	Agentes
UPL02 SETOR 01	UPA01	Pela análise das imagens não é possível perceber transformações significativas	Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade (máx. de 3 metros). Nota-se que é a única UPA da UPL02 que não sofreu aterramento nos últimos vinte anos. Sobre as águas identifica-se a presença de passarela conectando a UPA02 ao centro histórico.	SEMAM; SECPLAN; SECTUR; SEDUR; IPHAN; Grupo Águas do Brasil; Aeroporto e Mercado de Peixes (SMAP)
	UPA02	A área foi aterrada entre 2003 e 2017. Após o aterro observa-se maior presença de embarcações. Cabe destacar que esta área localiza-se na cabeceira da pista do aeroporto.	Aterro com desenho geométrico que permite aproximação de embarcações. Grande espaço livre de edificação (200x70m) sem qualificação. A oeste desta área localiza-se a Praça de Skate.	SEMAM; SECPLA; SEDUR; SHRF; IPHAN; Grupo Águas do Brasil; Aeroporto; Mercado de Peixes (SMAP); Frequentadores da Praça de Skate.
	UPA03	Em 2002 era uma área de difícil acesso sendo caracterizada por ser os fundos da urbanização do bairro Ilha das Cabras. Após a execução do aterro e a implantação do Mercado de Peixes a área passa a atrair embarcações e automóveis. Após 2017 é criado dois píeres.	Caracteriza-se por ser uma área de aterro com a presença do Mercado de Peixes. A área atrai muitas embarcações e automóveis.	SEMAM; SECPLAN; SEDUR; SECTUR; SMAP; IPHAN; Aeroporto; Mercado de Peixes; Frequentadores da Praça de Skate
	UPA04	A área também foi aterrada a partir de 2002. A leitura das imagens aéreas não deixa claro o processo de parcelamento.	Área de acesso restrito para os diferentes "lotes" com presença de Galpões e Espaços não edificadas. O principal acesso é por embarcações. Área de estaleiros e guarda de embarcações. Importante averiguar a regularização fundiária desta área.	SEMAM; SECPLA; SEDUR; SHRF; SMAP; IPHAN e representantes de moradores e dos empreendimentos locais

3.1.3. UPL – Unidades de Planejamento 02 – Setor 2



Figura 19: O Setor 2 da Unidade de Planejamento. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth



Figura 20: Imagens 2008 com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.



Figura 21: Imagens 2021 com as indicações das Unidades de Paisagens. Fonte: Autores sobre base do Google Earth.

Esta Unidade de Planejamento não se transformou muito desde 2007, ano do Plano Diretor da cidade. Nota-se que a atividade turística, intensa na UPA02 e 03 é sazonal e transforma o espaço na medida em que veículos, embarcações e pessoas estão mais ou menos presentes. A Unidade de Paisagem 01 se mantém com as mesmas características. As Unidades de Paisagem 02 e 03 se diferenciam da UPA 01 por terem como característica um movimento de automóveis que vai largo Santa Rita, passando pela Praça da Bandeira e chegando ao estacionamento do Píer de onde saem inúmeras embarcações que servem aos turistas. O que diferencia a UPA02 da UPA03 é a relação distintas entre seus elementos, isto é:

UPA02: Água X Píer X Espaço Livre Público (Estacionamento);

UPA03: Água X Espaço Livre Público X Casarios.

As diferentes Unidades de Paisagem são diferenciadas por seus distintos perfis típicos:



Figura 22: Imagens da Unidade de Paisagem 01. Fonte: disponível no Google Earth.

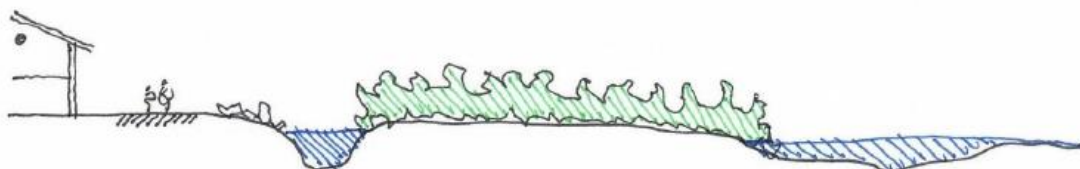


Figura 23: UPL02_S2-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade. Fonte: Autores.



Figura 24: UPL02_S2-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Área de atracamento de embarcações de finalidade turística. Fonte: Autores.

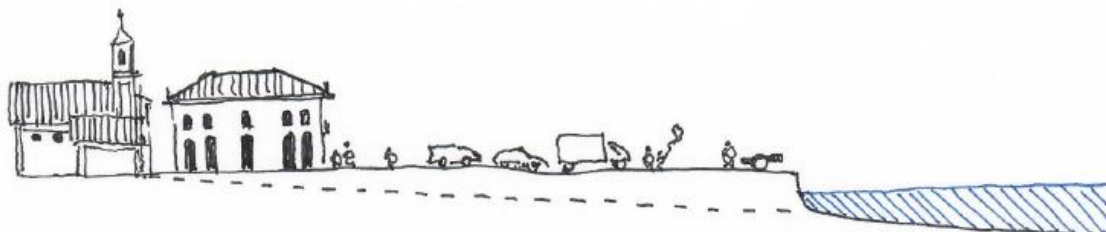


Figura 25: UPL02_S2-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. A área com presença de espaços livres públicos significativos que tem importante papel na leitura da paisagem construída (casarios) e natural (baía). Tem projeto em licenciamento esperando o parecer do IPHAN. Fonte: autores.

Segue quadro que aponta as principais características de cada unidade de paisagem, suas principais transformações e os agentes que devem ser envolvidos no processo de planejamento destas unidades de paisagem, Quadro 3.

Quadro 3. Quadro analítico da Unidade de Planejamento 02 Setor 02

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominante	Agentes
UPL02 SETOR 02	UPA01	Pela análise das imagens não é possível perceber transformações significativas nos últimos 20 anos.	Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade (máx. de 3 metros).	SEMAM; SECPLA; SECTUR; SEDUR e IPHAN.
	UPA02	Esta área, que originalmente deve ter sido coberta de mangue encontra-se sem vegetação e é utilizada como estacionamento frente a pressão da atividade turística. Cabe destacar que houve pouca alteração estrutural nos últimos 15 anos.	Área de atracamento de embarcações de finalidade turística. Presença de ambulantes e de diferentes graus de regulação das embarcações.	SEMAM; SECPLA; SEDUR; SECTUR; SOT; representantes dos Barqueiros; representantes dos vendedores ambulantes IPHAN.
	UPA03	A UPA teve pouca alteração nos últimos 15 anos. Cabe destacar a manutenção mantida nos jardins públicos. A praça do Cais do Turismo tem projeto em licenciamento esperando o parecer do IPHAN.	A área com presença de espaços livres públicos significativos que tem importante papel na leitura da paisagem construída (casarios) e natural (baía). A presença de automóveis diferencia essa parte do centro histórico.	SEMAM; SECPLA; SEDUR; SECTUR; SOT; IPHAN.

3.1.4. UP – Unidades de Planejamento 02 – Setor 3



Figura 26: Setor 3 da Unidade de Planejamento 02. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.



Figura 27: Imagem de 2001 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.

Destaca-se que entre 2008 e 2021, isto é, após a promulgação do Plano Diretor do município, identifica-se uma intervenção executada junto a orla do Rio Perequê-Açu que alterou significativamente Unidade de Planejamento 02 Setor 03, que veremos a seguir, entretanto, observa-se alterações na dinâmica das águas da UPA01 da Unidade de Planejamento 02.

A comparação das duas ortofotos permite afirmar que a área urbana desta unidade já estava consolidada ao menos desde 2008. Desde 2008 observa-se a mesma quantidade de quiosques localizados sobre a faixa de areia. Destaca-se ainda que não observam-se significativas alterações no período na vegetação de ambas as unidades de paisagem.



Figura 28: Imagem de 2021 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.

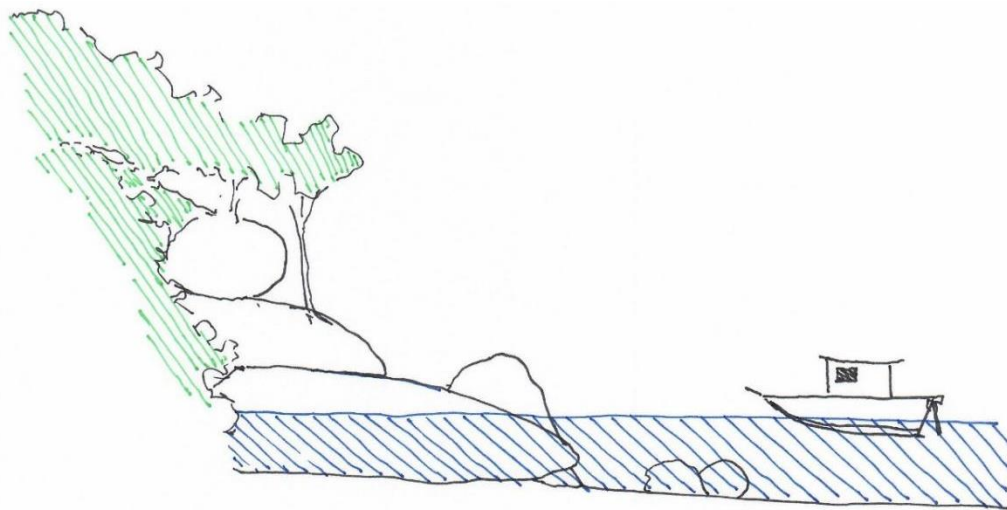


Figura 29: UPL02_S3-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Área sem intervenções onde prevalece a relação de uma encosta rochosa coberta de Mata Atlântica. Nesta unidade é possível observar alguns lajeados aflorados. Fonte: Autores.



Figura 30: UPL02_S3-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Caracterizada pela presença de praia urbana. Presença de quiosques na faixa de areia e de arborizações que diminuem o impacto visual do ambiente construído. Fonte: Autores.

Segue quadro que aponta as principais características de cada unidade de paisagem, suas principais transformações e os agentes que devem ser envolvidos no processo de gerenciamento destas unidades de paisagem, Quadro 4.

Quadro 4. Quadro analítico da Unidade de Planejamento 02 Setor 03

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominante	Agentes
UPL02 SETOR 03	UPA01	Pela análise das imagens não é possível perceber transformações significativas nos últimos 20 anos.	Área sem intervenções onde prevalece a relação de uma encosta rochosa coberta de mata Atlântica. Nesta unidade é possível observar alguns lajeados aflorados	SEMAM; SECPLA; SECTUR; IPHAN.
	UPA02	Área Urbana da Praia do Pontal já encontrava-se consolidada em 2007, ano da promulgação do Plano Diretor da Cidade. No período houve a ampliação do Pronto Socorro e a Instalação do Edifício da Prefeitura Municipal de Paraty. Os Quiosques também já ocupavam a faixa de areia.	Caracterizada pela presença de praia urbana. Presença de quiosques na faixa de areia e de arborizações que diminuem o impacto visual do ambiente construído.	SECPLA; SEDUR; SECTUR; SMS; IPHAN; representantes dos Moradores; representantes dos Quiosques

3.1.5. UPL – Unidades de Planejamento 03



Figura 31: Unidade de Planejamento 03. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.

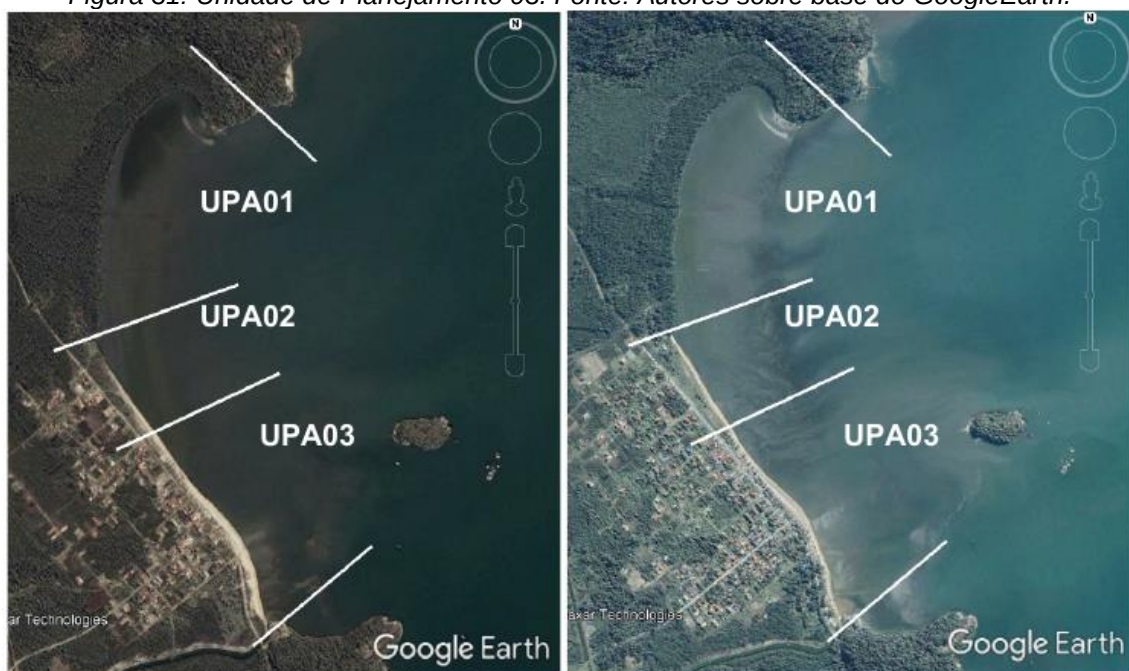


Figura 32: Histórico de imagens aéreas (2001 e 2008) com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.

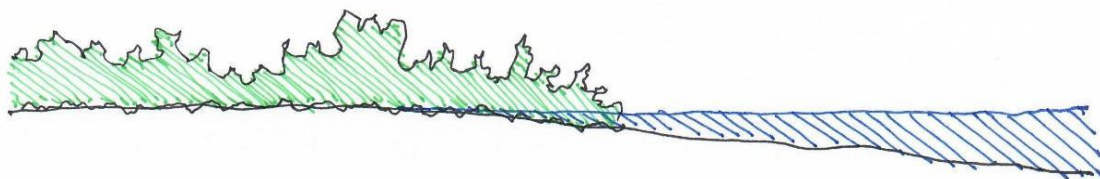


Figura 33: UPL03-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Na área emersa presença de Mangue sendo que as águas litorâneas subjacentes são de baixa profundidade (máx. de 3 metros). Área nomeada de Manguezal do Jabaquara. Fonte: Autores.



Figura 34: UPL03-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. A área urbana é nomeada de Jabaquara onde nota-se um intenso processo de consolidação por meio de construções de edificações nos lotes que até 2007 eram ainda não edificadas. A UPA02 se distingue pela ausência de praia de areia sendo que a área de cobertura vegetal original que era o mangue foi substituída por forrações. Fonte: Autores.



Figura 35: UPL03-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Praia urbana com presença de quiosques na faixa de areia e de arborizações não originais que diminuem o impacto visual do ambiente construído. Fonte: Autores.

Segue o Quadro 5 que aponta as principais características de cada unidade de paisagem, suas principais transformações e os agentes que devem ser envolvidos no processo de planejamento destas unidades de paisagem.

Quadro 5: Quadro analítico da Unidade de Planejamento 03.

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominante	Agentes
UPL03	UPA01	Pela análise das imagens não é possível perceber transformações significativas nos últimos 20 anos.	Na área emersa presença de Mangue e nas águas litorâneas subjacentes baixa profundidade (máx. de 3 metros).	SEMAM; SECPLA; SECTUR; IPHAN.
	UPA02	Esta área, que originalmente foi coberta de mangue encontra-se com forração que vem se consolidando nos últimos anos.	A UPA02 se distingue pela ausência de praia de areia sendo que a área de cobertura vegetal original que era o mangue foi substituída por forrações	SECPLA; SEDUR; SECTUR; IPHAN; representantes dos Moradores
	UPA03	A área urbana é nomeada de Jabaquara onde nota-se um intenso processo de consolidação por meio de construções de edificações nos lotes que até 2007 ainda não eram edificadas.	Continuação da UPA02, área urbana nomeada de Jabaquara. Praia urbana com presença de quiosques na faixa de areia e de arborizações não originais que diminuem o impacto visual do ambiente construído.	SECPLA; SEDUR; SECTUR; IPHAN; representantes dos Moradores; representantes dos Quiosques

3.1.6. Unidades de Planejamento 04

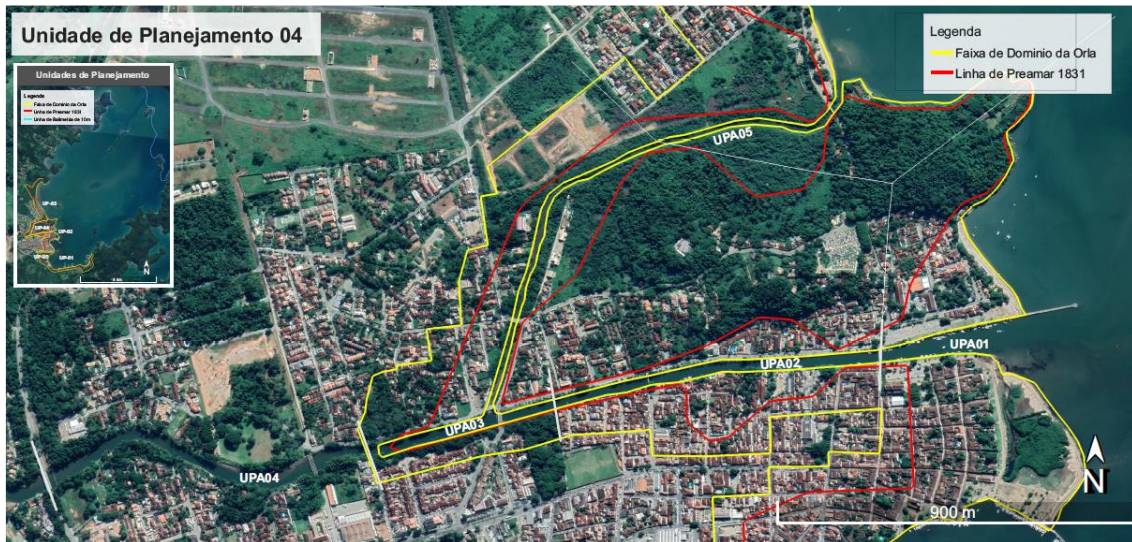


Figura 36: Unidade de Planejamento 04 – Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth

No Diagnóstico resolveu-se analisar as unidades de paisagem do trecho a montante para se compreender as ocupações existentes, entretanto a área de planejamento é restrita à área contida na faixa de domínio da orla.

A Unidade de Planejamento 04 é constituída da orla fluvial do Rio Perequê-Açu. Subdivide-se em 5 Unidades de Paisagem. Comparando as fotos de 2001, 2008 e 2021 identificam-se alterações estruturais que vão desde redesenho da orla por meio de aterramentos e alargamentos viários (UPA01, 02 e 03) ou pelo desmatamento (UPA04 e 05). Os perfis típicos de cada unidade de paisagem demonstram as características próprias de cada trecho.



Figura 37: Imagem de 2021 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.



Figura 38: UPL04-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Margem esquerda: aterrada e retificada. Área ocupada por eventos (Ex.; FLIP). Margem direita: área junto ao sítio histórico retificada de forma a possibilitar a aproximação das embarcações. Fonte: Autores.

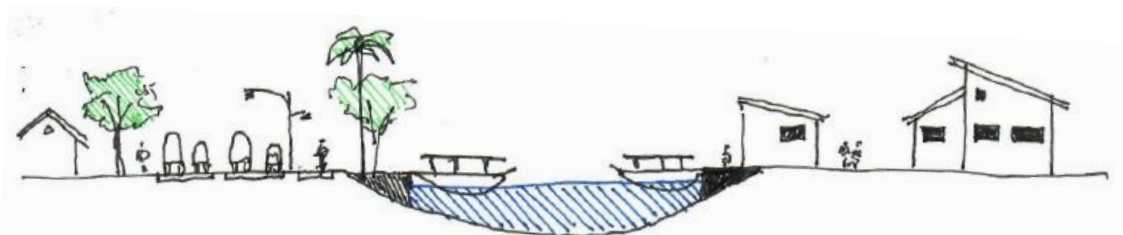


Figura 39: UPL04-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Margem esquerda: o alargamento da via (Av. Octávio Gama) possibilitou a inclusão de ciclo faixa e passeio público arborizado para caminhadas Margem direita: fundo de lotes privados com leito modificado para atracamento de embarcações. Fonte: Autores.

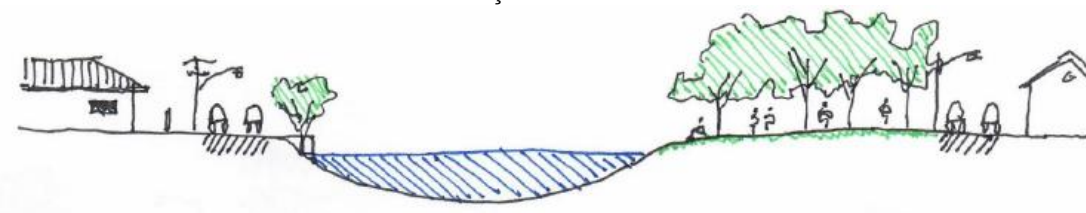


Figura 40: UPL04-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Margem esquerda: via pública (Continuação da Av. Octávio Gama após ponte Hilton Silva) sem passeio público adequado existindo uma faixa compartilhada entre pedestres e ciclistas junto à margem. Margem direita: espaços livres públicos (praças e parques) junto à orla seguido de vias públicas possibilitando acesso físico e visual do rio. Fonte: Autores.



Figura 41: UPL04-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Margem esquerda e direita: áreas em processo de consolidação dos parcelamentos lindeiras ao rio. Identifica-se como tendência da área a perda significativa de vegetação e o fechamento visual e de acesso do rio que tende a ficar no fundo de lotes particulares. Fonte: Autores.

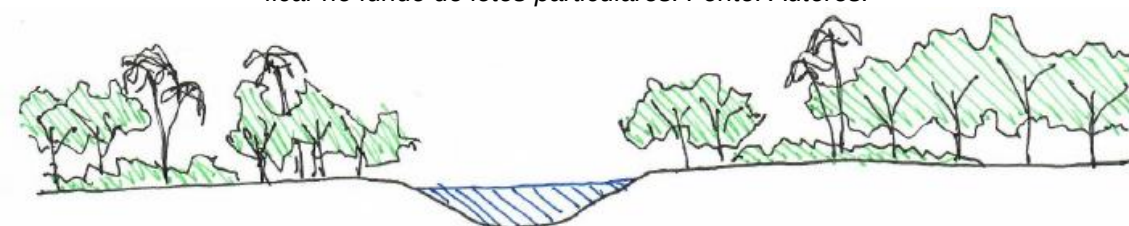


Figura 42: UPL04-UPA05 - Unidades de Paisagens 05. Margem esquerda e direita: áreas em processo de consolidação dos parcelamentos lindeiras ao rio. Identifica-se a fragilidade da área frente a supressão da vegetação que vem alterando os meandros do rio. Fonte: Autores.

O Quadro 6 aponta as principais características de cada unidade de paisagem, suas principais transformações e os agentes que devem ser envolvidos no processo de planejamento destas unidades de paisagem.

Quadro 6. Quadro analítico da Unidade de Planejamento 04.

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominante	Agentes
UPL04	UPA01	Margem esquerda e direita: aterrada e retificada.	Margem esquerda: Área ocupada por eventos (Ex.; FLIP). Margem direita: área junto ao sítio histórico retificada de forma a possibilitar a aproximação das embarcações	SEMAM; SEPLAN; IPHAN. SECTUR; SEDUR;
	UPA02	Margem esquerda: o alargamento da via. Margem direita: não houve alteração significativa.	Margem esquerda: o alargamento da via (Av. Octávio Gama) possibilitou a inclusão de ciclo faixa e passeio público arborizado para caminhadas. Margem direita: fundo de lotes privados com leito modificado para atracamento de embarcações	SEMAM; SEPLAN; SOT; SEDUR; IPHAN. SECTUR;
	UPA03	Pela análise das imagens aéreas não é possível perceber transformações significativas. Mas parece ter havido a manutenção/tratamento das áreas públicas (vias e áreas verdes).	Margem esquerda: via pública (Continuação da Av. Octávio Gama após ponte Hilton Silva) sem passeio público adequado existindo uma faixa compartilhada entre pedestres e ciclistas junto à margem. Margem direita: espaços livres públicos (praças e parques) junto à orla seguido de vias públicas possibilitando acesso físico e visual do rio.	SEMAM; SOT; SEL; SEDUR; IPHAN.
	UPA04	Margem esquerda e direita: áreas em processo de consolidação dos parcelamentos lindeiras ao rio. Identifica-se como tendência da área a perda significativa de vegetação e o fechamento visual e de acesso do rio que tende a ficar no fundo de lotes particulares.	Margem esquerda e direita: presença do leito natural e vegetação junto às margens.	SEMAM; SEPLAN; SEDUR; IPHAN; Representantes dos empreendimentos imobiliários
	UPA05	Margem esquerda e direita: áreas em processo de consolidação dos parcelamentos lindeiras ao rio. Constata-se alteração dos meandros do rio nas últimas duas décadas.	Rio meandrônico indicando planície aluvial. Forte presença de vegetação.	SEMAM; SEPLAN; SEDUR; IPHAN. Representantes dos empreendimentos imobiliários

3.1.7. UPL – Unidades de Planejamento 05



Figura 43: Unidade de Planejamento 05. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.



Figura 44: Histórico de imagens aéreas (2001 e 2008) com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.



Figura 45: Imagens aéreas de 2021 com as indicações das Unidades de Paisagem. Fonte: Autores sobre base do GoogleEarth.



Figura 46: UPL05-UPA01 - Unidades de Paisagens 01. Margem esquerda: Rua André Rebouças com passeio público junto à margem. Bairro Ilha das Cabras e Mangueira já consolidado em 2007. Margem direita: presença de mangue e de parcelamentos não consolidados que parecem respeitar a manutenção de uma mata ciliar. Fonte: Autores.

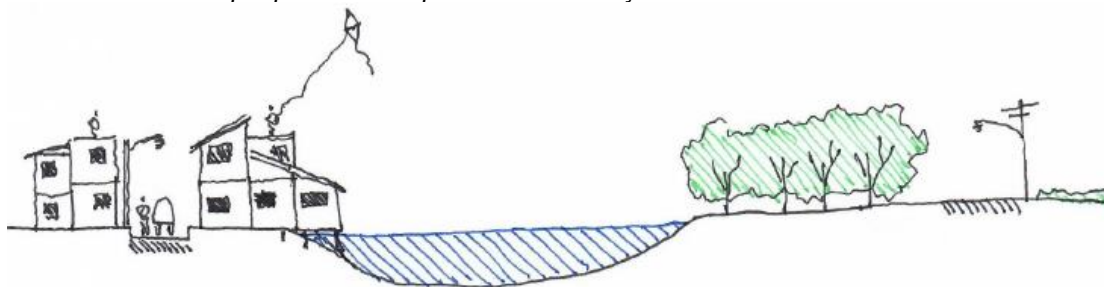


Figura 47: UPL05-UPA02 - Unidades de Paisagens 02. Margem esquerda: Estreitamento da Rua André Rebouças sem passeio público e com construções dos dois lados da via. A margem é ocupada por edificações obstruindo a visão do rio Mateus Nunes. Bairro Mangueira já consolidado em 2007. Margem direita: presença de parcelamentos não consolidados que parecem respeitar a manutenção de uma mata ciliar. Fonte: Autores.



Figura 48: UPL05-UPA03 - Unidades de Paisagens 03. Margem esquerda: A Rua André Rebouças volta a se desenvolver junto à margem com passeio público. Margem direita: presença de parcelamentos já consolidados em 2007 que ora destinam espaços públicos junto às margens ora ocupam as margens com edificações. Fonte: Autores.



Figura 49: UPL05-UPA04 - Unidades de Paisagens 04. Margem esquerda: Presença de vegetação rasteira junto ao rio Mateus Nunes. Área onde se localiza o aeroporto de Paraty. Margem direita: Não há espaços públicos junto a margem, entretanto é mantida a mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Fonte: Autores.

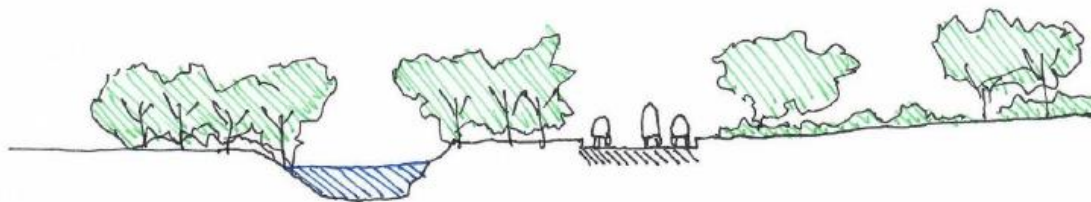


Figura 50: UPL05-UPA05 - Unidades de Paisagens 05. Margem esquerda: Presença de mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Área localizada na cabeceira da pista do aeroporto com restrições de ocupação. Margem direita: A estrada do Corisco foi ampliada em alguns trechos e tratada mantendo a mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Fonte: Autores.

O Quadro 7 aponta as principais características de cada unidade de paisagem, suas principais transformações e os agentes que devem ser envolvidos no processo de gestão destas unidades de paisagem.

Quadro 1. Quadro analítico da Unidade de Planejamento 05.

UPL	UPA	Transformações (2007-2021)	Característica Dominante	Agentes
UPL05	UPA01	Margem esquerda: Bairro Ilha das Cabras e Mangueira já consolidado em 2007. Margem direita: percebe-se a implantação de novos parcelamentos a partir de 2007 que ainda não se consolidaram.	Margem esquerda: Rua André Rebouças com passeio público junto à margem. Margem direita: presença de mangue e de parcelamentos (Condomínio Porto Imperial) não consolidados que parecem respeitar a manutenção de uma mata ciliar.	SEMAM; SEPLAN; SOT; representantes dos bairros da Mangueira e Ilha das Cabras; representantes dos empreendedores imobiliários
	UPA02	Margem esquerda: Situação de ocupação e estreitamento da Rua André Rebouças já presentes em 2007. Bairro Mangueira já consolidado em 2007. Margem direita: percebe-se a implantação de novos parcelamentos a partir de 2007 que ainda não se consolidaram.	Margem esquerda: Rua André Rebouças bastante estreita (6 a 5 metros) sem passeio público e com construções dos dois lados da via. A margem é ocupada por edificações obstruindo a visão do rio Mateus Nunes. Margem direita: presença de parcelamentos não consolidados que parecem respeitar a manutenção de uma mata ciliar.	SEMAM; SEPLAN; SOT; representantes do bairro da Mangueira; representantes dos empreendedores imobiliários
	UPA03	Pela análise das imagens aéreas não é possível perceber transformações significativas. Mas parece ter havido a manutenção/tratamento das áreas públicas (vias e áreas verdes).	Margem esquerda: A Rua André Rebouças volta a se desenvolver junto à margem com passeio público. Margem direita: presença de parcelamentos que ora destinam espaços públicos junto às margens ora ocupam as margens com edificações.	SEMAM; SEPLAN; SOT; representantes do bairro da Mangueira; representantes dos moradores da margem direita.
	UPA04	Margem esquerda: sem transformações aparentes. Margem direita: a área foi ficando mais adensada sendo que o CIEP Dom Pedro Primeiro já estava construído em 2001.	Margem esquerda: Presença de vegetação rasteira junto ao rio Mateus Nunes. Área onde se localiza o aeroporto de Paraty. Margem direita: Não há espaços públicos junto a margem, entretanto é mantida a mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes.	SEMAM; SEPLAN; Autoridade aeroportuária; representantes do bairro da Mangueira; representantes dos moradores da margem direita e do CIEP Dom Pedro I.
	UPA05	Margem esquerda: Margem direita: A estrada do Corisco foi ampliada em alguns trechos e asfaltada mantendo após 2007.	Margem esquerda: Presença de mata ciliar junto ao rio Mateus Nunes. Área localizada na cabeceira da pista do aeroporto com restrições de ocupação. Margem direita: A estrada do Corisco se desenvolve ao longo do rio Mateus Nunes preservando a mata ciliar existente.	SEMAM; SEPLAN; SOT; representantes dos empreendedores imobiliários

4. INFRAESTRUTURA

4.1. INFRAESTRUTURA URBANA

4.1.1. Infraestrutura de abastecimento de água

Infraestrutura de abastecimento de água gerida pela concessionária "Águas de Paraty" que por atribuição deve estabelecer e implementar planos de contingência para as temporadas e períodos de pico de turismo na cidade.

4.1.2. Infraestrutura de energia elétrica

Infraestrutura de energia elétrica gerida pela concessionária "ENEL" que por atribuição deve estabelecer e implementar planos de contingência para as temporadas e períodos de pico de turismo na cidade.

4.1.3. Infraestrutura e procedimentos de coleta de resíduos (Cláusula 3ª do TAGP, inciso I)

O município tem uma estrutura de coleta de resíduos mas existe uma demanda pela ampliação do programa existente de coleta seletiva.

4.1.4. Infraestrutura de esgotamento de água (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I)

A rede de esgoto é inexistente. A cidade se encontra no momento de implementação da rede de esgoto e das estações elevatórias e de tratamento.

4.1.5. Obras para contenção dos processos erosivos e/ou de inundação, nos termos da Cláusula Oitava do TAGP

- UP03 – A alteração da foz do rio Jabaquara e de outras intervenções feitas sem estudos aprofundados resultou num processo de alteração das dinâmicas de erosão e sedimentação da praia do Jabaquara. Recentemente (2020) foi feita uma obra de contenção na praia do Jabaquara, junto ao rio de mesmo nome. Esta obra se encontra em processo de rompimento.
- UP04 e 05 – rios Perequê-Açu e Matheus Nunes – Frente aos desastres (inundações resultantes de intensas chuvas) ocorridos em Maio de 2022 está sendo executado uma dragagem emergencial dos rios Matheus Nunes e Perequê-Açu.
- UP04 – rio Perequê-Açu – A margem esquerda que se encontra urbanizada com calçadas e ciclovia sofreu avarias em função dos mencionados desastres de inundações. Algumas obras pontuais de emergência estão em andamento.

4.2. SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

4.2.1 Quiosques e barracas existentes ou comumente utilizadas na alta temporada (Cláusula Terceira do TAGP, inciso IV)

UP02 – Centro – na praia do Pontal existem 7 (sete) quiosques aparentemente sobre faixa de areia e observa-se a disposição de mobiliário na faixa de areia sem presença de clientes.

UP03 – Jabaquara - na praia do Pontal existem 11 (onze) quiosques aparentemente sobre faixa de areia e observa-se a disposição de mobiliário na faixa de areia sem presença de clientes.

4.2.2 Equipamentos para navegação

UP02 – Centro – Na praia do Pontal observa-se a presença de pequenos barcos de pescadores e canoas havaianas que são guardadas sobre a faixa de areia. No Cais de Turismo e atracadouros existentes junto ao centro histórico deveriam ser para uso temporário, mas que na prática

acabam sendo usados de forma permanente pelas embarcações. No Cais de Pesca também ocorre uma “privatização” informal dos atracadouros. Ainda nesta UP, junto ao Cais de Pesca, existe a presença de estaleiros.

UP03 – Jabaquara - Canoas havaianas são guardadas sobre a faixa de areia.

UP04 – Perequê-Açu - Ao longo do rio existe uma serie de atracadouros que deveriam ser para uso temporário mas que na prática acabam sendo usados por uma única embarcação.

UP05 – Matheus Nunes – ao longo de suas margens observa-se a presença de embarcações abandonadas.

4.2.3 Demarcação de área para banhistas

Não há sinalização para banhistas, nem nas praias nem nos estuários (rios Perequê-Açu e Matheus Nunes) sendo que ambas as praias (Pontal e Jabaquara) vem sofrendo com um processo de sedimentação que vem prejudicando a balneabilidade.

4.2.4 Demarcação de área para prática de esportes

Apenas no Jabaquara observa-se quadras esportivas demarcadas sobre faixa de areia, entretanto observam-se as seguintes demandas:

UP02 – Centro – Presença de canoas havaianas sobre faixa de areia.

UP03 – Jabaquara – existe quadra esportiva fixa sobre faixa de areia.

UP04 – Perequê-Açu – junto a foz do Perequê-Açu foram projetadas uma pequena rampa para uso do Instituto Náutico de Paraty – INP e chegada de embarcações. A largura da rampa não atende a demanda existente gerando conflitos.

4.2.5 Demarcação de área de fundeio de barcos/ Marinas/ Trapiches

UP01 – Marinas e Praia dos Vagabundos³ – estão localizadas em áreas de balizamento (em verde) sendo que na praia dos Vagabundos existem uma serie de poitas não cadastradas.

UP02 – Centro – Cais de Turismo e atracadouros do centro histórico - A Marinha demarcou uma área para fundeio de barcos próximo ao Cais de Turismo (polígono vermelho) para que as embarcações deixem de usar o cais de forma permanente.

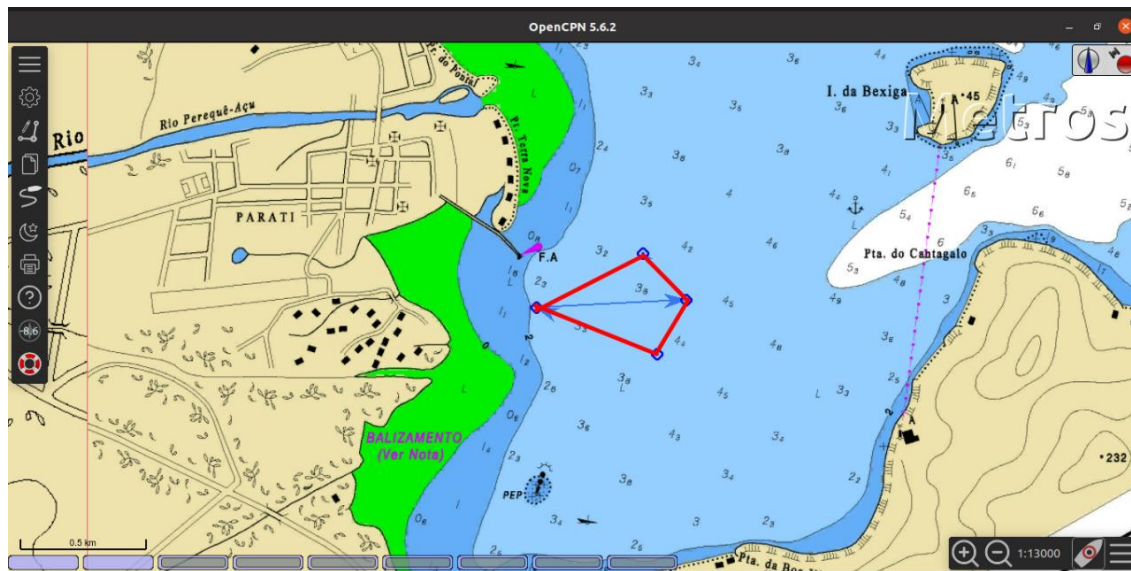


Figura 51: a linha vermelha refere-se ao polígono baseado nos pontos georeferenciados fornecidos pela capitania dos portos como locação da área de fundeio.

4.2.6 Suporte e/ou equipamentos para esportes náuticos

Conforme já foi mencionado existe suporte para o esporte náutico na

UP01 – Marinas – com presença das marinas e na praia dos vagabundos existem áreas de fundeio e poitas que necessitam de um cadastramento e regulação

UP04 – rio Perequê-Açu – presença de atracadouros e rampa junto a foz de rio Perequê-Açu.

4.2.7 Pontos e/ou atividades turísticos

Paraty tem forte atividade turística sendo que as cinco unidades de planejamento tem a presença do turismo como ponto central de sua economia. Cabe destacar que na foz do rio Perequê-Açu existem áreas livres de edificação em ambas as margens que são utilizadas para atividades de promoção ao turismo como shows, eventos, etc.

4.2.8 Certificação de qualidade ambiental e turística de praias / Presença de Guarda-Vidas (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I) / Marcação de áreas balneares

Não há registro de certificação, marcação de balneabilidade ou presença de guarda-vidas.

³ O presente documento optou por nomear com Praia de Vagabundos também nomeada de Cantagalo, localizada no bairro de Boa Vista.

4.2.9 Suporte e/ou equipamentos para Primeiros Socorros (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I) / Acesso a veículos de resgate

Toda a área de orla terrestre tem acesso para veículos de resgate havendo maior dificuldade na área histórica (UP02-Centro) e na praia dos vagabundos (UP01-Marinas). Cabe destacar a presença do Hospital Municipal Hugo Miranda na UP02 próxima da praia do Pontal.



Figura 52: Hospital Municipal Hugo Miranda localizada na UP02 – Centro - Pontal

4.2.10 Presença de agentes de segurança (Polícia) (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I)

Existe a presença de agentes de segurança nas cinco unidades de planejamento

4.3. ATIVIDADES ECONÔMICAS

4.3.1. Áreas para comércio com identificação quanto à tipologia do estabelecimento (bares, restaurantes, lojas, etc.)

- UP01 – Marinas - posto de gasolina junto a estrada Rio-Santos na área de Marinha
- UP02 – Centro – Setor 1 – mercado de peixes, quiosques, bares, restaurantes e lojas na área de Acrescidos de Marinha
- UP02 – Centro – Setor 2 – bares, restaurantes e lojas na área de Acrescidos de Marinha
- UP02 – Centro – Setor 3 – quiosques, bares, restaurantes e lojas na área de Acrescidos de Marinha
- UP03 – Jabaquara – quiosques, supermercado, bares, restaurantes e lojas na área de Acrescidos de Marinha
- UP04 – Rio Perequê Açu – bares, restaurantes e lojas na área de Marinha e áreas de Acrescidos de Marinha
- UP05 – Rios Matheus Nunes – bares, restaurantes e lojas na área de Marinha.

4.3.2. Áreas para pousadas e hotelaria com informações sobre número de leitos

- UP02 – Centro: 30 pousadas
- UP03 e 04 – Jabaquara: 50 pousadas

4.3.3. Áreas de aquicultura

- Inexistente

4.3.4. Áreas de pesca e/ou extrativismo

- As Unidades de Planejamento estão em uma única bacia abrigada - classe C – onde a pesca ocorre em toda sua extensão da orla aquática (considerando até a profundidade de 10 metros). No cais pesqueiro e praias do Pontal (UP02) assim como na praia do Jabaquara existem demandas por áreas de suporte à atividade pesqueira.
- UP03 – Jabaquara: Ocorre atividade de extrativismo na área de mangue

4.3.5. Áreas especiais de interesse social (AEIS)

- UP05 – Rio Matheus Nunes: margem esquerda do rio Matheus Nunes

4.3.6. Exploração de publicidade de caráter educativo, informativo ou de orientação social (Cláusula Nona do TAGP)

- Inexistente até o momento

4.3.7. Identificação de ambulantes e quiosques permitidos na área da União (Cláusula Sétima do TAGP)

- Inexistente, não existem as permissões

4.4. ATRIBUTOS NATURAIS, PAISAGÍSTICOS E PARÂMETROS AMBIENTAIS

Fazer uma análise dos atributos naturais e paisagísticos, bem como dos recursos ambientais com base nos dados e informações contidas na síntese do Diagnóstico

4.4.1. Classificação da Orla (A, B e C), conforme Decreto nº 5.300/2004

Todas as unidades de planejamento se caracterizam como orla abrigada (Classe C)

4.4.2. Tipos de ecossistemas existentes e serviços ecossistêmicos associados

Presença de Mata Atlântica e formação de Mangues.

4.4.3. Existência de proteção para ecossistemas sensíveis (Cláusula Terceira do TAGP, inciso I)

Existe a APA Marinha, a APA de Cabuçu e a Unidade de Conservação da mata atlântica. Cabe ressaltar que as unidades de paisagem estão localizadas junto a áreas estuarinas que tem por característica serem ecossistemas sensíveis.

4.4.4. Áreas de Preservação Permanente

UP04 – Perequê- Açu - não possui mata ciliar na APP em nenhuma de suas margens

UP05 – Matheus Nunes – existência de APP em sua margem direita, na esquerda não há mata ciliar na APP.

4.4.5. Sítios de interesse histórico, arqueológico, geológico e cultural

UP02 – Centro – centro histórico tombado

UP03 – Sítio arqueológico da Toca do Caçununga

4.4.6. Presença de áreas de camping não autorizadas

Ocorre casos esporádicos na UP02 – Centro, na região da Terra Nova

4.4.7. Ocupação em áreas de manguezais/restingas (Cláusula 3ª do TAGP, inciso I)

UP01 – Marinas – Manguezais pressionados pela ampliação das marinas

UP02 – Centro – Manguezal existente em função da aceleração do processo de sedimentação causado por ações antrópicas a montante

UP03 – Jabaquara – Manguezais e restingas pressionadas pelo processo de parcelamento e urbanização

4.4.8. Pontos e periodicidade de monitoramento da balneabilidade (Cláusula 3ª do TAGP, inciso I)

Não existe até o presente momento uma monitoria da balneabilidade

4.5. ATRIBUTOS SOCIAIS

4.5.1. Presença de comunidades tradicionais

Representantes da Comunidade do Quilombo Campinho da Independência, assim como representações da atividade pesqueira estiveram presentes nas oficinas do projeto orla.

4.5.2. Densidade demográfica da orla

- UP01 – Marinas – Baixa densidade populacional
- UP02 – Centro – Média densidade populacional
- UP03 – Jabaquara – Baixa com tendência de Média densidade populacional
- UP04 – Perequê-Açu – Média densidade populacional
- UP05 – Matheus Nunes – Margem esquerda com a maior densidade populacional se comparada com as demais UPs

5. ESTRUTURA FUNDIÁRIA NA ORLA

5.1 Conflitos identificados

5.1.1 Presença de atividades em dissonância com o uso público da praia (Cláusula Terceira do TAGP)

- Quiosques em faixa de areia na praia do Jabaquara (UP03) e praia do Pontal (UP02)
- Mobiliário ocupando faixa de areia sem utilização na praia do Jabaquara (UP03) e praia do Pontal (UP02)
- Marcação permanente de quadra esportiva sobre faixa de areia (UP03)
- Canoas e embarcações na faixa de areia na praia do Jabaquara (UP03) e praia do Pontal (UP02)
- Camping na faixa de areia ou na área da Terra Nova (UP02)
- Segundo a procuradoria do Município de Paraty nas unidades de planejamento existe uma única demanda a respeito trata-se da Ação Civil Pública nº 0007976-32.2020.8.19.0041 (remoção de mangue no bairro do Jabaquara), atualmente em fase de tratativas para acordo.

5.1.2 Informação das possíveis estruturas temporárias instaladas na praia (quiosques, palcos, arenas para esportes e outras mais) e a autorização junto à SPU (Cláusula Terceira do TAGP)

- Presença de trailers/carrinhos comerciais na margem esquerda do rio Perequê-Açu. Em consulta à SPU identificou-se que não existe solicitação de uso oneroso para a orla feita pelo município.

5.1.3 Existência de conflitos fundiários (Cláusula Terceira do TAGP)

- ID. 202.475 Ocupações irregulares na margem esquerda do rio Matheus Nunes em especial algumas residências sem afastamento da margem o que caracteriza uma situação vulnerável à risco.



Figura 53: edificações sobre as margens do rio Matheus Nunes

5.1.4 Existência de mecanismos de denúncias sobre conflitos fundiários e atividades em dissonância com o uso público da praia (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V, item a.6)

Até o presente momento existem apenas os mecanismos da administração municipal, tais como:

- Fiscalização de Obras e Posturas;
- Fiscalização Ambiental;
- Vigilância Sanitária e Ambiental.

6. CENÁRIO DE USOS DESEJADOS PARA A ORLA

Segue a apresentação dos cenários de usos desejados apresentados para cada trecho da orla, considerando aspectos relevantes às áreas objeto do TAGP

Cenários - UP 01 - Marinas	
Existente	Desejado
Esta Unidade de Planejamento contém três tipos de situações distintas: 1 - Praia dos Vagabundos: Praia isolada que necessita de servidão para ter acesso por terra. A frente desta praia barcos ficam fundeados temporariamente e pernoitam. Existência de poitas sem cadastro na Capitania dos Portos. 2 - Marinas: Presença de Marinas com diferentes estruturas e avanços sobre o mar. Os acessos às Marinas ocorrem por meio da estrada (Rio-Santos). Existe um processo de assoreamento da baía que pode impactar as atividades dessa região. Presença de embarcações em grande quantidade com os fluidos (óleo e esgoto) sendo jogados diretamente nas águas do mar. 3 - Mangue: Áreas remanescentes de mangue e de vegetação natural.	As propostas para esta área desenham os seguintes cenários desejados: 1 - Praia dos Vagabundos: Praia com acesso por terra por meio de servidão. Cadastramento das poitas existentes. Ordenamento das áreas de fundeio e de poitas. 2 - Marinas: Regulamentação da destinação dos fluidos das embarcações. Melhora da qualidade da água. Estudo da demanda das marinas pelos impactos de um alinhamento das áreas de avanço sobre o mar das marinas existentes. 3 - Mangue: manutenção dos mangues existentes

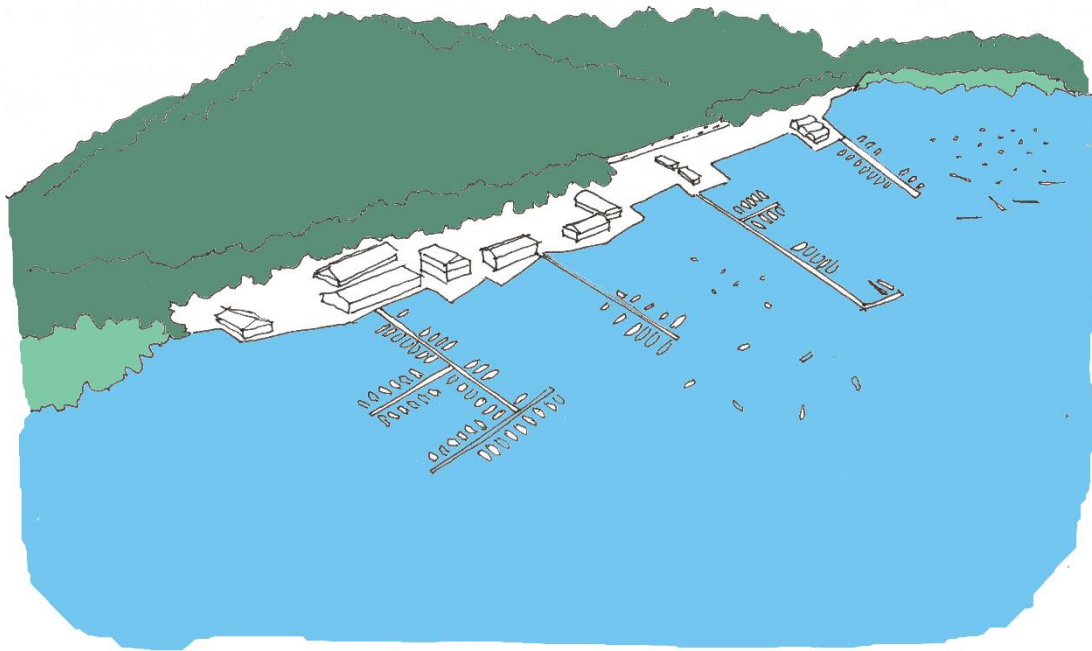


Figura 54: UP01 - Marinas - Cenário Existente

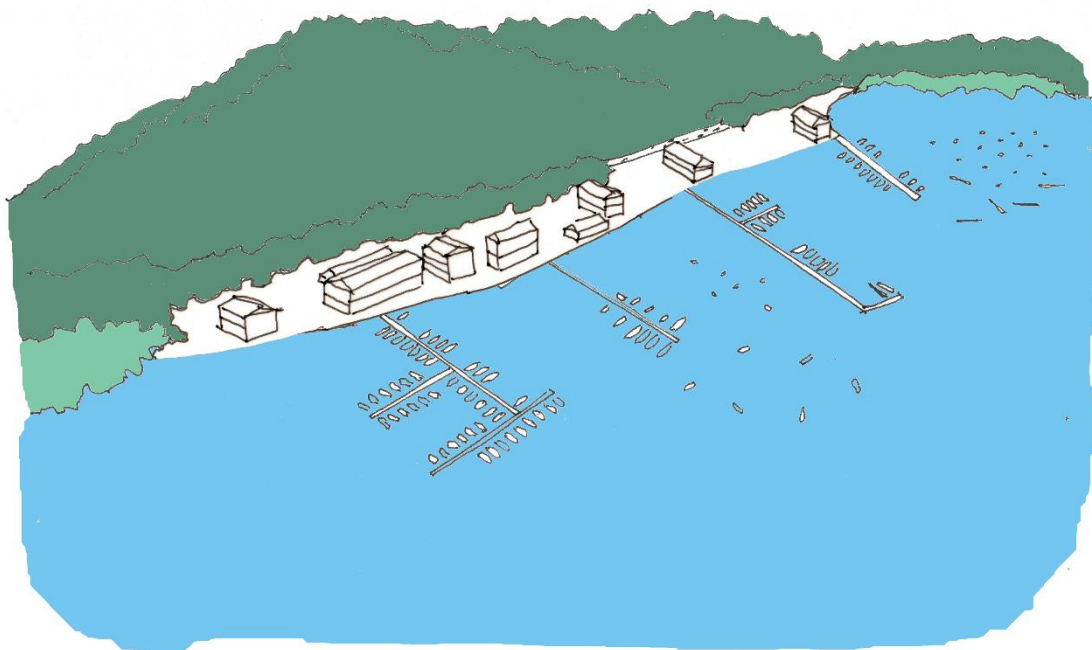


Figura 55: UP01 - Marinas - Cenário desejado

Cenários - UP 02 - Centro	
Existente	Desejado
Esta área de planejamento é bastante diversa apresentando três setores bastante distintos: 1 - Setor 1 - Da área dos estaleiros passando pelo Cais de pesca e Mercado de Peixes junto até a passarela que conecta ao centro histórico: A área dos estaleiros está fora do circuito turístico, entretanto trata-se de uma atividade representativa dos saberes e fazeres tradicionais. O cais de pesca carece de regulamentação do uso. O assoreamento nesta região é uma ameaça às atividades impactando na vida muitos barqueiros, pescadores e estaleiros. A passarela foi fundamental para conectar os bairros populares com o centro histórico, entretanto, da maneira que foi implementado vem causando uma alteração no mangue existente entre as duas áreas. 2 - Setor 2 - Centro Histórico tomado por cais das pequenas embarcações turísticas; píer onde se concentram as grandes embarcações; O Píer e o cais carecem de uma regularização e ordenamento. A falta de regulamentação impacta na qualidade do turismo e uso do centro histórico. A área da Terra nova: Carência de um ordenamento na forma de operar o cais e píer. Carência de um suporte para que as pequenas embarcações descartem seus fluidos em lugar apropriado. A área denominada Terra Nova, como o próprio nome sugere, trata-se de um banco de sedimentos que foi se acumulando ao longo das últimas décadas acelerado pelas ações antrópicas ocorridas a montante. Atualmente o banco é composto parte por uma via e área de estacionamento sem pavimentação e parte por Mangue. Este banco dificulta a drenagem do centro histórico, sendo que as manilhas implantadas não dão conta do esgotamento, ora pelo mal dimensionamento ora pelo recalque insuficiente. 3 - Setor 3 - Praia do Pontal: Presença de quiosques e mobiliários sobre faixa de areia de forma a tomar quase toda a faixa de areia. Presença de barcos de pesca e canoas havaianas na faixa de areia. Área cedida pela SPU à cooperativa de pescadores, que acabou sendo arrendada para um restaurante/pousada de forma irregular. Praia bastante assoreada impedindo em determinadas épocas a balneabilidade. Cabe ainda destacar que toda a área histórica carece de soluções de esgotamento e drenagem.	Esta área de planejamento é bastante diversa apresentando três setores bastante distintos: 1 - Setor 1 - Valorização dos saberes e fazeres tradicionais incluindo esta área no roteiro turístico e qualificando as áreas do cais, mercado e estaleiros com uma regulamentação de uso e um plano de dragagem e manutenção periódica. Readequação da passarela que conectar os bairros populares ao centro histórico. 2 - Setor 2 - Regulamento de uso do píer e cais para embarque e desembarque de passageiros. Suporte para que as pequenas embarcações descartem seus fluidos em lugar apropriado. Ações sobre a Terra Nova após estudos dos sistemas hídricos, das alternativas e impactos das ações que visem a qualificação ambiental, a navegabilidade, e correto esgotamento e drenagem do centro histórico. 3 - Setor 3 - Praia do Pontal: Retirada da faixa de areia e regulamentação dos mobiliários sobre a faixa de areia atendendo a legislação vigente. Presença lugares de guarda, fora da faixa de areia, dos barcos de pesca e canoas havaianas . Uso sustentável da área cedida pela SPU à cooperativa de pescadores de forma a valorizar os saberes e fazeres locais. Área urbana com esgotamento permitindo a balneabilidade e praia com um sistema hídrico que proporcione o equilíbrio das áreas de sedimentação e erosão.

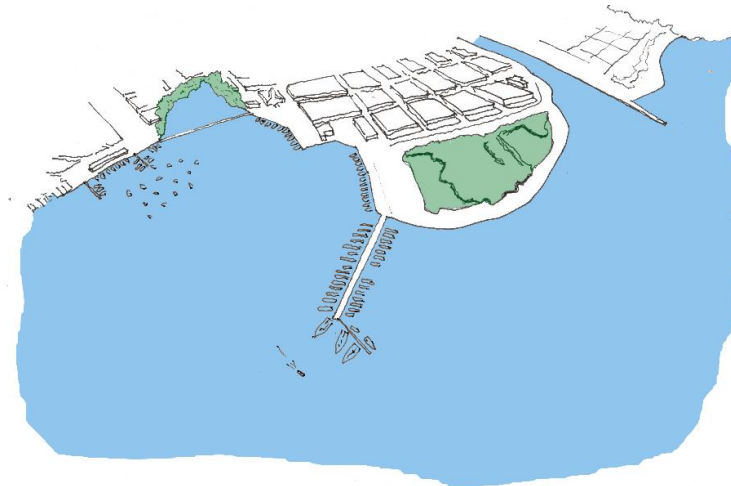


Figura 56: UP02 - Centro - Cenário Existente



Figura 57: UP02 - Centro - Cenário Desejado – ordenamento das embarcações / proteção do mangue

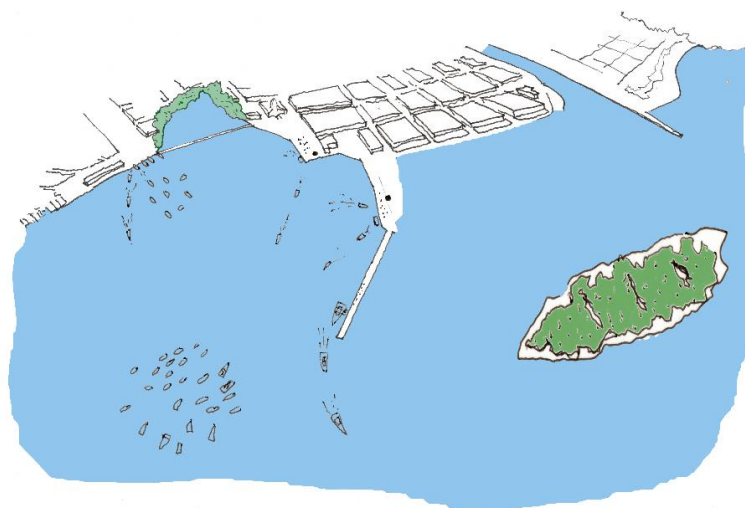


Figura 58: UP02 - Centro - Cenário a ser prospectada a viabilidade – recuperação da dinâmica hídrica para drenagem urbana e transferência do banco de areia com mangue, denominado Terra Nova



Figura 59: UP02 - Centro - Pontal - Cenário Existente - quiosques e mobiliário presente em faixa de areia. Necessidade de guarda de barco de pescador



Figura 60: UP02 - Centro - Pontal - Cenário Desejado - recuperar a dinâmica de assoreamento e erosão original – regulamentar os quiosques e usos da faixa de areia.

Cenários - UP 03 - Jabaquara	
Existente	Desejado
Esta unidade de planejamento contem três tipos de situações distintas: 1 - Praia com faixa de areia precedida de via pública: faixa de areia tomada por quiosques, mobiliários dos quiosques, canoas havaianas, barcos de pesca. Este trecho é precedido de via publica possibilitando acesso direto à faixa de areia. Falta de iluminação pública e desenho inclusivo ao PCD. Nota-se uma erosão na faixa de areia tendo ocorrido algumas ações pontuais de contenção. 2 - Praia com faixa de areia precedida de área particular gramada: Sobre o gramado, em parte cercado, faz-se uso de um campo de pouso de paramotor com impactos sonoros e de segurança para os moradores. 3 - Área de mangue e restinga: esta área abriga atividades de população tradicional. Presença do reconhecido Sítio Arqueológico da Toca do Caçununga localizado em terras privadas. O bairro do Jabaquara carece de esgotamento sanitário e apresenta problemas de drenagem possuindo canais construídos pelo loteamento. Existe inclusive um decreto de 2018 que autoriza uma ação emergencial nos canais. O mercado imobiliário tem projetos aprovados e em processo de implementação que deverão agravar a situação do saneamento básico já precário. Os resíduos sólidos provenientes dos quiosques sobre faixa de areia carecem de um ordenamento da coleta. Cabe ainda salientar que, com a alteração da foz do rio Jabaquara somadas a outras alterações na baia, houve uma alteração na dinâmica hidrológica da praia do Jabaquara, o que resultou em alteração das áreas de erosão e sedimentação.	As propostas desenhadas para esta unidade de planejamento sugerem um cenário desejado onde: - As questões de saneamento ambiental (em especial esgotamento e resíduos sólidos) sejam resolvidas - Seja promovido um ordenamento da faixa de areia, deslocamento e ordenamento dos quiosques para fora da faixa de areia. - desenvolvimento de estudo que aponte ações que possibilite retomar a dinâmica hidrológica e da biodiversidade local (reaparecimento do Vôngole). - Implementação de desenho urbano inclusivo com ordenamento do calçadão, ciclovia, quiosques e guarda de barcos e canoas. - Inclusão no circuito turístico do Sítio arqueológico do Caçununga e do Mangue do Jabaquara promovendo uma educação ambiental - Ordenamento dos usos na área gramada de forma a minimizar impactos de vizinhança e retomar a vegetação nativa.



Figura 61: UP03 - Jabaquara - Cenário Existente – assoreamento junto ao mangue e erosão junto ao rio Jabaquara – quiosques e mobiliário presente em faixa de areia

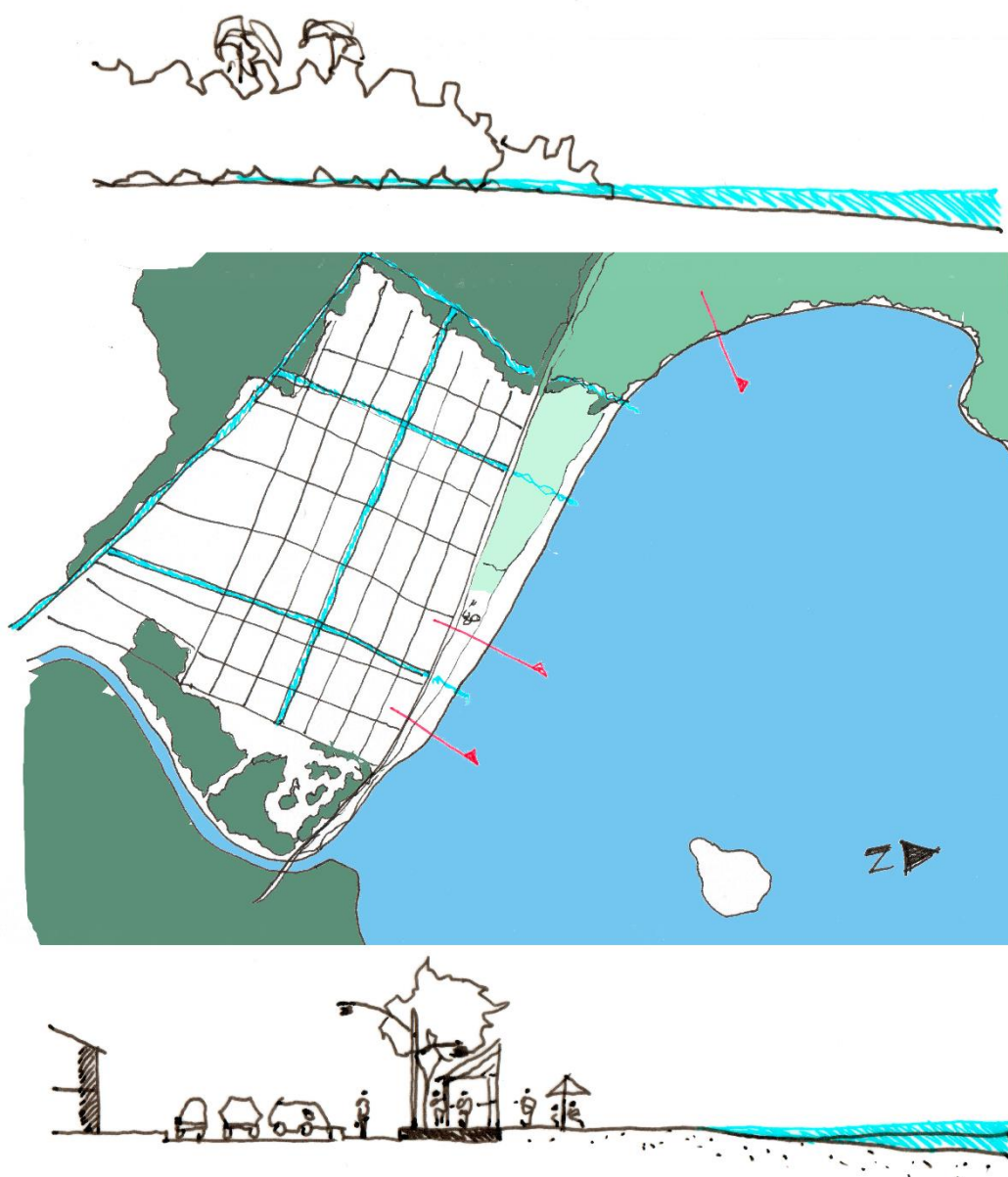


Figura 62: UP03 - Jabaquara - Cenário Desejado – recuperar a dinâmica de assoreamento e erosão original – regulamentar os quiosques e usos da faixa de areia.

Cenários - UP 04 - Perequê-Açu

Existente	Desejado
O rio Perequê-Açu tem navegabilidade para pequenas embarcações mesmo que assoreado e restrito às variações das marés. Ambas margens são entronizadas. Junto à foz ambas as margens possuem áreas livres de edificação, Estas áreas livres são ocupada temporariamente por eventos e no restante do tempo por um estacionamento público de uso oneroso. Após a primeira ponte a margem esquerda é tomada por calçada, ciclovia e uma via precedida por edificações comerciais e de serviços junto a poucas residências. Observam-se pequenos desmoronamentos da margem causadas pelas chuvas de maio de 2022. Sua margem direita possui edificações sem recuo. As pontes e passarelas neste rio são importantes elementos da mobilidade urbana, entretanto algumas se encontram inacabadas e todas tem um desenho e dimensão que acaba por gerar conflitos entre os diferentes modais de deslocamento (automóveis, pedestres e ciclistas). Possuem uma potencialidade cênica apesar da retificação e ocupações edilícias de sua margem direita. Ao longo de suas margens identifica-se a existência de estruturas de apoio náutico apesar do assoreamento e de possuir acesso restrito às rampas. Cabe ainda destacar que em razão da falta de saneamento básico o rio apresenta águas sem balneabilidade.	Espera-se como cenário desejado que o rio Perequê-Açu: - Explore seu potencial cênico-paisagístico por meio do tratamento das edificações lindeiras assim como da calçada, ciclovia, arborização urbana e iluminação. - Receba um redesenho de suas pontes e passarelas de forma a resolver o conflito existente entre pedestres, ciclistas e automóveis; - Possa retomar as obras inacabadas de pontes e passarelas de forma a melhorar a mobilidade do morador e turista. - Possua acessos e rampas compatíveis com as atividades náuticas sem gerar conflitos entre seus usuários; - Tenha espaços livres qualificados para a promoção de eventos com estrutura pública para receber a população usuária destes espaços; - tenha um plano contínuo de manutenção da navegabilidade

Cenários - UP 05 - Matheus Nunes

Existente	Desejado
O Rio Matheus Nunes junto a sua foz tem situações bastante diversas em suas margens. Na margem direita é ocupada por mangue e APP. A seguir da APP existe um loteamento não consolidado, sendo que mais a jusante existem ocupações urbanas que suprimiram a APP e que apresentam uma dificuldade de mobilidade para o restante da cidade em função das poucas pontes existentes. Em sua margem esquerda existe bairros (ocupação urbana) caracterizada pela auto construção com maior densidade populacional do que nas margens do rio Perequê-Açu. Assim como no restante da cidade existe uma carência do saneamento básico. Em alguns trechos a margem esquerda é ocupada por calçada e vias e em outros por edificações lindeiras ao rio. Essa área foi bastante impactada pelas chuvas de maio de 2022. O assoreamento do rio ocorre por conta da alteração do sistema hídrico e pelos resíduos sólidos não coletados pelo sistema público de coleta. Foram aprovadas obras emergenciais de dragagem do rio Matheus Nunes e Perequê-Açu sendo que o Matheus Nunes foi mais impactado. Cabe destacar que a defesa civil se encontra a montante desta área, portanto a navegabilidade da área é demasiadamente importante para a ação desta por água. Mais a montando da orla houve supressão de vegetação das margens por tratores resultando no aumento de sedimentos a serem carreado para o rio.	Deseja-se como cenário que esta Unidade de Planejamento (rio Matheus Nunes): - Em sua margem direita: preserve o Mangue e as APP's existentes ampliando-as onde for possível e estabeleça conexões (pontes) qualificando a mobilidade; - Em sua margem esquerda: seja implementado um sistema de saneamento básico que atenda as demandas da população (esgotamento, coleta de resíduos sólidos, água, energia); transfira, para áreas próximas, as edificações que estão em área de risco; qualifique as calçadas e vias assim como os acessos e estruturas às atividades náuticas valorizando os saberes e fazeres locais. - Seja um exemplo de educação ambiental com a implementação de rede de retenção de resíduos de forma a permitir a navegabilidades; - Tenha um plano de manutenção da navegabilidade do rio; - Tenha um sistema de aviso e prevenção de desastres.

6. AÇÕES E MEDIDAS ESTRATÉGICAS

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS POTENCIALIDADES /	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
No	No	No		REESCRITA: O QUE FAZER PARA RESOLVER O PROBLEMA OU MAXIMIZAR AS POTENCIALIDADES?	COMO A AÇÃO OU DIRETRIZ PODERÁ RESOLVER O PROBLEMA OU MAXIMIZAR AS POTENCIALIDADES?	APD OU API	CITAR Nº	IMEDIATO - CURTO - MÉDIO - LONGO PRAZO	CONTÍNUA - SAZONAL - PONTUAL	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA AÇÃO	INSTITUIÇÃO PARCEIRA, APOIADORA DA INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL NA EXECUÇÃO
1	1	3	Ausência de dados ambientais e geotécnicos	Prefeitura propor ao CBH-BIG a criação de um Grupo de Trabalho ou instância correlata para caracterizar, monitorar e disponibilizar os dados referentes aos aspectos oceanográficos, hidrológicos, sedimentares, meteorológicos e socioambientais, no recorte territorial da unidade hidrológica de planejamento - UHP 03 - Rio Perequê - Açu, para fins entre outros: para elaboração do Plano de gestão de sedimentos e assoreamento para a manutenção da profundidade mínima da baía / otimização das vias navegáveis.	Orientar ações futuras de forma a se ter indicadores ambientais	API	03, 11, 13, 14, 15, 17	Imediato	contínua	Prefeitura	CBH-BIG; Universidade (UFRJ)
1	2	5	Assoreamento da baía de Paraty e dos canais de navegação	Termo de cooperação entre INEA e Prefeitura para orientação e acompanhamento técnico para obtenção do licenciamento das dragagens pelas marinas.	Facilitar o diálogo e troca de informações a respeito dos processos e procedimentos.	API	16 e 17	Imediato	contínua	Prefeitura	INEA
1	3	5		Elaboração de projeto, licenciamento e gestão dos sedimentos e execução das dragagens e busca de parcerias/convênio entre a Prefeitura, INEA e instituições correlatas.	Desassoreamento das áreas comprometidas	APD	03, 11	médio	contínua	Prefeitura	INEA e Instituições correlatas
1	4	6	Poluição do mar por meio de óleo e de esgoto das embarcações	Solicitar ao DAE a construção de uma ETE, tendo em vista a obrigatoriedade do tratamento de efluentes e água de porão das embarcações.	Facilitar que as embarcações tenham seu descartes tratados	APD	03, 11, 14, 15, 16	Curto	Pontual	DAE	Prefeitura
1	5	6		Solicitar à Secretaria do Ambiente a criação de uma Campanha de educação ambiental para a destinação correta dos efluentes e resíduos sólidos das embarcações, envolvendo o INEA, universidades, sociedade civil, entre outros.	Redução de despejos de óleo e resíduos	APD	03, 11, 14, 15	curto e médio	contínua	Prefeitura	INEA, ICMBio, Universidades
1	6	7	Falta de ordenamento náutico na região das Marinas e "Praia dos Vagabundos"	Demandar à capitania dos portos o levantamento das poitas existentes na "Praia dos Vagabundos" (Boa Vista).	Garantia do uso público e melhoria dos procedimentos	APD	03, 11, 14, 15	curto e médio	contínua	Marinha / Capitania dos Portos	Prefeitura

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES												
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS POTENCIALIDADES /	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS	
1	7	7		Demandar ao Conselho Gestor da APAM que se estabeleça na "Praia dos Vagabundos" uma área pública de uso temporário/pouso de embarcações.	Garantia do uso público e melhoria dos procedimentos	APD		03, 11, 14, 15	curto e médio	contínua	Marinha Capitania dos Portos	/
1	8	8	Falta de acesso à "Praia dos Vagabundos"	Garantir o acesso público (servidão) à "Praia dos Vagabundos".	Permitir que o executivo exerça sua função de garantia de acesso livre e irrestrito à orla por meio de servidão pública	APD	03, 11, 16	curto e médio	contínua	Prefeitura	ICMBio, APA Caruçu	
1	9	1	Ponto visto de forma contraditória pelos participantes das oficinas: Problema: Inconveniente demanda de ampliação e criação de novos aterros que pode afetar as poucas áreas de mangue ainda remanescentes. Potencialidade: Demanda das Marinas por alinhamento do waterfront das marinas ordenando a região.	Diagnosticar e analisar a viabilidade técnica para o alinhamento do acrescido de marinha na região da Boa Vista (Marinas).	Criação de consenso	API	17	curta	pontual	Marinas	Prefeitura, INEA, ICMBio, Sec. Meio Ambiente do Estado	
1	10	9	Retomada da coleta seletiva de resíduos nas marinas pelo município	Ampliação da coleta seletiva para atender o Bairro da Boa Vista. Ação complementar à proposta: 16	Diminuir volume de resíduos orgânicos com itens que podem ser reciclados	APD	03, 11, 14, 15 e 16	imediato	continua	Prefeitura	Prefeitura	
1	11	10	Falta de disponibilidade e acesso às informações existentes resultando na não utilização e geração de informações redundantes relacionadas aos aspectos oceanográficos, sedimentares, meteorológicos e operacionais para as embarcações nas marinas.	Incentivar a Associação de Marinas e as marinas independentes a organização das informações relacionadas às condicionantes e resultados de monitoramento ambiental dos processos de licenciamento para integração das informações, otimização de esforços, diminuição de redundância e concatenação de esforços na continuidade do processo de licenciamento.	Reunir os licenciamentos e: 1 fazer um paralelo entre os Estudos feitos até aqui /estado da arte 2 comparar as condicionantes e fazer um paralelo. 3 otimizar a distribuição dos monitoramento entre as Marinas posto estarem no mesmo micro ambiente ali.. 4 unificar os dados em um mesmo sistema e usá-los nos estudos/projetos/modelos matemáticos	APD	03, 11, 14, 15 e 17	imediato	continua	Marinas	Prefeitura, Estado	

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS / POTENCIALIDADES	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
2 e 3	12	35 / 36 / 60 / 51	Supressão de vegetação de restinga / Os processos de erosão e assoreamento se alteraram nas últimas décadas alterando a linha limite entre a terra e o mar / Substituição vegetação (original) por grama / Alteração da foz do rio Jabaquara. Constata-se a ausência do braço do rio existente antes da implementação do bairro.	A APAM municipal / PMP em parceria com universidades e o CBH - BIG buscar recursos para a elaboração de projetos de estudos sobre hidrologia, erosão, sedimentação e assoreamento do rio e praia do Jabaquara	Os estudos subsidiam as decisões necessárias para enfrentar as dinâmicas de erosão e assoreamento, assim como, as ações de recuperação da população de vôngole no Jabaquara	APD	13, 15, 16 e 17	imediato	pontual	APAM Prefeitura e	CBH-BIG e Universidades
1, 2 e 3	13			Articulação institucional entre os representantes do CBH-BIG para criação de um GT de elaboração de estudos e pesquisas sobre hidrologia, erosão, sedimentação e assoreamento do rio e praia do Jabaquara.	Os estudos subsidiam as decisões necessárias para enfrentar as dinâmicas de erosão e assoreamento, assim como, as ações de recuperação da população de vôngole no Jabaquara	APD	13, 15, 16 e 17	imediato	pontual	Prefeitura	CBH-BIG
Todas	14	38	Expansão urbana sem controle	Reativação do Conselho da Cidade para articulação entre o projeto Orla e a atualização da legislação urbanística (plano diretor)	Dar ordem; compromisso (???)	API	3	API+G16:K16	contínua	Prefeitura	Universidades
Todas	15	39	Perda dos saberes e fazeres da comunidade tradicional com a mudança das atividades da região	A PMP por meio das secretarias elaborar o Plano de turismo de base comunitária de forma participativa, utilizando também como ferramenta as rodas de conversas valorizando os atrativos naturais e os saberes e fazeres tradicionais.	Valorização da história: cultura de modos de saber e fazer	APD	03, 11, 13, 14, 15, 16, 17	curto médio, longo	contínua	Prefeitura; Secretaria de Turismo	Iphan, Universidades; Funai
Todas	16	17 / 40 / 53 / 59	Potencialidade: Reciclagem de resíduos / Presença de acumulação de resíduos sólidos junto a orla / Falta de saneamento básico / Falta de saneamento dos quiosques e descarte adequado de lixo	Articular junto à sociedade civil e a Prefeitura as estratégias de implantação do programa de coleta seletiva municipal para a ampliação e maior adesão dos moradores e grandes geradores resíduos.	conscientiza, gera emprego e renda e cuida do meio ambiente	API	03, 11, 13, 14, 15, 16, 17	imediato e curto	contínua	Prefeitura	Coleta Seletiva; Projeto Jovem Sustentável
3	17	41 / 58 / 61	Aumento da Criminalidade / Falta de ordenamento urbanístico na orla / Falta de acessibilidade para PCD no calçadão e faixa de areia	Elaborar um projeto que valorize o uso diurno e noturno da orla do Jabaquara (com iluminação pública, equipamentos esportivos, acessíveis ao PCD, idosos, PMR, etc.)	Formar cidadãos; ter perspectiva de futuro; monitorar a atividade criminosa	APD	03, 11, 16	curto médio e	pontual	Prefeitura; Governo do Estado	PM e GM
3	18	55 / 56	Ausência de ordenamento das embarcações / Desordenamento das embarcações que operam turismo / desordenamento náutico	Estudo para instalação de locais para a guarda de caiaques, canoas e canoas havaianas. Contendo o cadastramento dos usuários, diferenciando usuários de empreendedores. Ação complementada pelas propostas: 27, 30 e 17	Universalização do acesso à praia	APD	3	imediato	contínua	Prefeitura	Associações

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS / POTENCIALIDADES	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
3	19	45	Impacto de vizinhança causado pela presença de "Campo de pouso de parapente"	Verificar a regulamentação aplicável quanto a presença do campo de paramotor e questões relativas aos impactos sonoros, ambientais segurança e propor as ações necessárias.	Verificar status de legalidade do empreendimento	APD	03, 11, 14, 15, 16	imediato	pontual	Prefeitura	Secretaria do Meio Ambiente
3	20	46 / 47 / 48 / 49	Assoreamento do Rio Jabaquara / Assoreamento de rios e canais resultando em mal funcionamento dos três canais do bairro do Jabaquara – Cassununga, R. Pedro Álvares Cabral e R. 22 de abril / Canal que passa pela Rua Pedro Álvares Cabral parcialmente entupido alagando ruas e atrapalhando os moradores / Necessidade de manutenção do canal da Toca do Cassununga	Executar em caráter emergencial a dragagem no bairro do Jabaquara, conforme o Decreto Municipal 30/2018, de acordo com as ações preconizadas no Artigo 1º.	Evitar enchente e alagamentos	APD	02, 11	curto	pontual	INGA (Projeto Limpa Rio)	Prefeitura
3	21	50	Atual abandono do sítio arqueológico da Toca do Cassununga	Elaboração de projeto para estruturação, preservação e visitação pública do sítio arqueológico da Toca do Cassununga - PERGUNTAR PARA IPHAN	Promoveria a preservação e uso sustentável da área	ADP	03, 11, 14, 15	imediato e curto	pontual	Prefeitura/ INCA	Funai; Universidades IPHAN; Proprietários da área
2, 4 e 5	22	19 / 31	Pouca mobilidade e acessibilidade das embarcações para transportes e pedestres no cais pesqueiro da foz do Rio Mateus Nunes até o Pontal / Assoreamento acelerado devido a ações antrópicas	Prefeitura enviar proposta na próxima plenária do CBH-BIG para solicitação de edital de demanda induzida de projetos para elaboração de estudos sobre hidrologia, erosão, sedimentação e assoreamento dos rios Perequê-açu e Mateus Nunes e áreas costeiras próximas para inclusão no plano de bacias de recursos hídricos do CBH-BIG	Só a partir dos estudos poderão ser feitas intervenções sócio ambientais positivas, trazendo benfeitorias para o município	APD	11, 13, 14, 15 e 17	Imediato	Contínua	SMSJP / GM Postura APA Marinha Baía de Paraty SM Meio Ambiente	Marinha do Brasil Associações comunitárias
2	23	13 e 20	Falta de ordenamento de boias e flutuantes e Falta de cadastramento dos barcos presentes na região; desrespeitos às regras de uso, falta regulamentação municipal de uso do cais	Atender as exigências dos órgãos competentes para a conclusão do processo de regularização das estruturas náuticas públicas: cais de turismo, cais flutuante da Santa Rita, passarela entre centro histórico e ilha das cobras e cais flutuante dos pescadores, cais flutuante de apoio ao hospital e cais flutuante Perequê-açu, bem como as poitas para embarcações de pequeno e médio porte que utilizam o cais de turismo (público) no polígono informado pelo NPCP - RJ.	Regularizar as estruturas náuticas	APD	3, 11, 13, 14, 15, 16, 17	Imediato	Pontual	SM MA SM Obras	Universidades Instituições de pesquisas

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS / POTENCIALIDADES	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
2	24	20 / 21 / 26 / 27	Falta de cadastramento dos barcos presentes na região; desrespeitos às regras de uso, falta regulamentação municipal de uso do cais / Desorganização do Cais pesqueiro turismo e flutuantes / Desqualificação do turismo náutico / Excesso de quantidade de embarcações no cais com utilização irregular	Regulamentar o uso: necessidade de análise de capacidade, padronização e regularização das embarcações complementada por uma consulta pública, estabelecer obrigatoriedade do tratamento de efluentes e água de porão das embarcações, sendo que, para as embarcações de pequeno porte, poderá ser apresentada o Manifesto de Resíduos ou outra solução que se ache conveniente e factível.	Possibilitar o ordenamento náutico	APD	3, 11, 13, 14, 15, 16, 17	Imediato	Pontual	SM MA SM Obras	Universidades Instituições de pesquisas
2	25	32	Falta de Qualidade ambiental. Estudos, ordenamento, regramento, atuação. Preservar a biodiversidade e o título de Patrimônio Mundial	Implementar no âmbito do CEFEC, CIETH, SEBRAE, SENAC e IFF cursos de capacitação técnica em beneficiamento de pescados, tratamento de efluentes, construção naval, receptivo turístico, saber e fazer da cultura popular tradicional, entre outros.	Promover conhecimento além de práticas saudáveis, da utilização do espaço público gerando bem estar social, preservação ambiental	APD	3, 11, 13, 14, 15, 16, 17	Imediato	Contínua	SM Meio Ambiente SM Pesca e Aquicultura APA Marinha Baía de Paraty	INEA; ICMBio; Associações participativas; ONGs; Universidades (convênios)
2 e 3	26	15 / 28 / 34	A Existência da APA Marinha Municipal Baía de Paraty pode ser uma potencialidade para o ordenamento da região / Falta de preservação ambiental e falta de fomento das práticas tradicionais (pesca, maricultura e algicultura) obs.: nem todas citadas são tradicionais mas complementam a renda e mantem o pescador no ambiente marinho; Ausência de atividades complementares à pesca (uma vez que esta é sazonal). / Os Estaleiros tem um potencial turístico ainda não explorado	Elaborar edital para convocação e composição do Conselho Gestor da APAM e constituição do corpo técnico para elaboração do plano de manejo	Coibir utilização irregular da área protegida. Potencializar turismo ecológico	API	14, 16 e 17	imediato	Pontual	APAM	Prefeitura

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS / POTENCIALIDADES	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
2 e 3	27	43 / 44 / 14	Ausência de rancho de apoio à pesca artesanal / Ausência de estrutura pública como rancho de pesca para manutenção de pequenas embarcações de pesca e turismo / Falta de espaço para beneficiamento de pescado	Levantamento das demandas dos pescadores(as) artesanais locais para elaboração do programa de necessidades do rancho comunitário.	Dimensionar e decidir o local do rancho	APD	3, 11, 13, 14	Imediato	Pontual	Colônia de Pescadores; SM Pesca; Assoc. Moradores Jabaquara	Colônia de Pescadores; SM Pesca; Assoc., Moradores Jabaquara; FIPERJ
2	28	24	Necessidade de entendimento dos processos antrópicos e naturais da área de acréscimo de marinha conhecida como Terra Nova	Destacar como ação prioritária dentro do Plano de Manejo da APAM o levantamento de características bióticas, sociais e ambientais para uma recuperação ambiental da Terra Nova	Melhorar a compreensão sistema e dar subsídios para a tomada de decisões	APD	3, 11, 14, 14	Curto e médio prazos	pontual	APAM	SM Pesca; Universidades e ONGs
2	29	12 / 22 / 23 / 25	Desordenamento dos Estacionamento de veículos / Utilização irregular do local de preservação / Estacionamento irregular / Camping irregular	Sinalizar a faixa terrestre da orla com os usos permitidos e não permitidos para apoiar a fiscalização municipal, em especial: a região da Terra Nova; praia do Pontal; Jabaquara; terminal pesqueiro; cais de turismo.	Informar sobre o correto uso da orla	APD	3, 11, 13, 14, 15	Imediato e Curto prazo	Pontual	Prefeitura	SM Meio Ambiente; Universidades; ONGs; Institutos ambientais
2	30	18 / 30	Necessidade de promover a Inclusão social entre bairros vizinhos levando o saneamento para os bairros menos favorecidos / Falta de Sistema de Esgotamento (rede e tratamento)	Envolver o Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla, criado pelo Projeto Orla, no acompanhamento das discussões públicas sobre a implementação do plano de saneamento da cidade e projetos	O controle e acompanhamento social é fundamental para o bom andamento das ações públicas. Conselho Municipal	APD	3, 11, 13, 14, 15, 16	Médio e longo	Contínua	Prefeitura	CGPO
2, 3	31	16 / 29 / 42 / 57	Falta de padronização das barracas e quiosques / Excesso de mesa e cadeiras de forma fixa ocupando a praia de forma irregular (privatização da praia) / Ocupação desordenada da praia com quiosques e embarcações / Ausência de ordenamento dos quiosques	Regularização dos quiosques junto ao município, respeitando os procedimentos licitatórios previstos em lei, caso seja ratificado o TAGP, ou feita solicitação do município da cessão onerosa.	Regularização das ocupações dentro do permitido pela lei	APD	3, 11, 15, 16	Curto	Pontual	Prefeitura	SPU, CEPO, CNPO
2	32	11	Falta de ordenamento das Embarcações de turismo	Contribuir com a SEMAM e SETUR na atualização do estudo técnico de capacidade de suporte para embarque, desembarque e fundeio das embarcações do turismo náutico. Ação complementada pelas propostas: 24 e 25	Promover o ordenamento das embarcações e usos das estruturas náuticas	APD	3, 11, 14, 15, 16, 17	imediatos	Contínua	Prefeitura (SEMAM e SETUR)	Marinha, Universidades; INEA; Instituições Internacionais; Associações de Barqueiros

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS POTENCIALIDADES /	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
2	33	33	Falta de Educação diferenciada para a população tradicional, indígenas e quilombolas	Apoiar e promover as iniciativas em curso que valorizam a cultura da população tradicional, por meio da Educação Diferenciada e capacitação de profissionais do turismo. Ação complementada pela proposta 25	São uma forma de garantir a continuidade das práticas de vida tradicional que além de manter a cultura gera outras fontes de renda	API	3, 11, 14, 15, 16, 17	imediato	Contínua	Prefeitura	MEC, MTUR, Secretaria Estadual
Todas	34	62	Problemas: Ocupação (imobiliária) desordenada	Diretriz: Promoção do Ordenamento territorial	Cria mecanismos de gestão para a ocupação adequada do território considerando as dinâmicas ambientais, culturais e socioeconômicas	API	11, 16	Longo prazo	contínua	Prefeitura	IPHAN, MDR, CAU, CREA, INEA, FUNAI, SPU, Universidade
4 e 5	35			Diretriz: Elaboração do Plano Municipal de Habitação	Reduz o déficit habitacional e promove a qualificação das moradias presentes nas orlas dos rios	API	03, 11, 16, 17	médio	contínua	Prefeitura	CAU, CREA, Universidades, MDR, SEHAB-RJ
4 e 5	36			Diretriz: Implementação de ATHIS / LF 11.888/2008	Promove a assistência técnica para habitação e moradias de cidadãos de baixa renda localizado na orla dos rios.	API	03, 12, 16, 17	curto	continua	Prefeitura	CAU, CREA, Universidades
4 e 5	37			Requalificação das margens dos rios: Elaboração de projetos para o uso público dos vazios urbanos das margens dos rios; Recuperação da vegetação / APP's; Intervenções para garantir a segurança, estabilidade e revitalização das fachadas dos edifícios residenciais antigos na beira dos rios fora das áreas de risco.	Assegura a preservação ambiental, evita novas ocupações irregulares e reduz a ocupação em áreas de risco	APD	03, 11, 13, 14, 15	médio, longo prazo	contínua	Prefeitura	INEA, MMA/IBAMA, ICMBio, ONG's
4 e 5	38	2 / 4 / 37 / 52 / 53 / 54 / 63	Poluição das águas / Poluição do manguezal / Esgoto sanitário na praia / Processo de poluição da praia do Jabaquara / Falta de saneamento básico / Comprometimento da balneabilidade / Problemas: Saneamento básico insignificante (insuficiente para uma boa qualificação ambiental)	Elaboração de estudo de viabilidade técnica de projetos para implementação de barreiras de retenção de resíduos sólidos (Eco barreiras), e utilização da mesma como: instrumento de educação ambiental (na rede formal e informal de ensino) e engajamento das comunidades e das cooperativas de materiais recicláveis.	Cria mecanismos de gestão para garantir a efetiva execução das obras do saneamento básico que simultaneamente sirvam de educação ambiental	APD	03, 11, 14, 15, 17	curto	continua	Prefeitura	universidades, MDR, INEA, MMA/IBAMA, Concessionárias novas de Paraty
Todas	39			Implementação do sistema de tratamento de efluentes do centro urbano com divulgação, no site da Prefeitura, de toda a documentação pertinente, com base na Lei 12.527/2011 de acesso à informação.	Assegura o lançamento dos efluentes nos corpos d'água (rio e baía / mar)	API	03, 11, 14, 17	Médio e longo prazo	contínua	Prefeitura	INEA, FECAM, Concessionárias de Água de Paraty

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES											
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS POTENCIALIDADES /	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
Todas	40			Diretriz: Licenciamento e Fiscalização dos Sistemas de tratamento de efluentes	estabelece mecanismos de controle e avaliação dos sistemas de tratamento de efluentes	API	03, 11, 14, 15, 17	imediato	continua	Prefeitura	INEA, ICMBio, Concessionária água de Paraty, Batalhão Ambiental
Todas	41			Reativar a rede de educação ambiental municipal	Capacita e conscientiza a população de práticas sustentáveis de saneamento básico	API	03, 14, 15, 16, 17	imediato	continua	Prefeitura	ONG's, INEA, IBAMA, ICMBio, PF's, PJ's
Todas	42	64	Problemas: Enchentes / inundações	Diretriz: Elaboração do Plano Municipal de Macrodrenagem abrangendo: Rede; Bacias de decantação; Dragagem rios e baías; Preservação e recuperação de APP's, jardins de chuva e pavimentos permeáveis com participação popular na elaboração e implementação.	Cria mecanismos de gestão para garantir sistema de drenagem eficiente	API	03, 11, 12, 13, 14, 17	médio	continua	Prefeitura	INEA, COPPE, MDR, MMA, Universidades
Todas	43			Diretriz: Implementação do Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos Ambientais com participação popular na elaboração e implementação.	Produz o mapeamento das áreas de riscos ambientais e cria instrumentos de prevenção. Identifica áreas de risco e cria mecanismos de prevenção	API	03, 11, 12, 14, 15, 16, 17	médio	continua	Prefeitura	MDR, MMA, INEA, SEDEL-RJ, Universidades, CBMERJ
4 e 5	44			Criação de operação para gestão de risco de eventos extremos contendo: dragagem periódica planejada, sistema de alertas, sistema de contenção, sinalização ao longo dos rios, ente outros.	Prepara o município para fazer frente aos Eventos Climáticos e possibilita a captação de recursos	APD	03, 11, 12, 14, 15, 16, 17	médio	continua	Prefeitura	MDR, MMA, INEA, SEDEL-RJ, Universidades
Todas	45			Diretriz: Revisão e implementação do Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos com participação popular na elaboração e implementação.	Para garantir adequada coleta e destinação dos resíduos sólidos que podem comprometer as redes de drenagem e os corpos d'água	API	03, 11, 12, 14, 15, 16, 17	médio	continua	Prefeitura	MDR, MMA, INEA, Universidades, Cooperativas de coleta Seletiva (catadores), ONG's
4 e 5	46	65	Problemas: Insuficiência de pontes e passarelas dos rios	Diretriz: Elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana	Cria instrumentos de gestão para garantir um sistema viário adequado a promoção da acessibilidade e o incentivo à utilização de modais com foco na sustentabilidade	API	03, 11, 16, 17	médio	continua	Prefeitura	MDR, CAU/CREA, Universidade, SEINFRA/RJ

QUADRO DETALHADO - AÇÕES E DIRETRIZES												
		J			L	M	N	O	P	Q	R	
UP	Nº	Nº REF	PROBLEMAS POTENCIALIDADES	/	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	FINALIDADE	ÁREA DE PLANEJAMENTO	RELAÇÃO ODS	PRAZO DE EXECUÇÃO	DURAÇÃO E REGULARIDADE	RESPONSÁVEL	PARCEIROS
4 e 5	47				Adequação das pontes e passarelas para fins de mobilidade e acessibilidade	Solucionar conflitos e facilitar os deslocamentos levando em consideração a redução de tempo e custos destes.	APD	03, 11, 16, 17	médio	pontual	Prefeitura	MDR, INEA, SEINFRA-RJ
4	48				Conclusão da ponte entre o Parque Ipê e o Portal das Artes / Caborê	conectar bairros, distribuir o fluxo viário e criar a opção de acesso para a BR-101	APD	03, 11, 16, 17	médio	pontual	Prefeitura	MDR, INEA, SEINFRA-RJ
5	49				Reconstrução da passarela entre o Parque da Mangueira e Ribeirinho	Promove acesso aos bairros, além de segurança e mobilidade	APD	03, 11, 16, 17	médio	pontual	Prefeitura	MDR, INEA, SEINFRA-RJ
3 e 4	50				Reconstrução da ponte do Jabaquara, tendo em vista seu estado atual de deterioração	Reconecta o Jabaquara ao Centro e promove o retorno do transporte público ao bairro	APD	03, 11, 16, 17	médio	pontual	Prefeitura	MDR, INEA, SEINFRA-RJ
4	51	66	Potencialidades: 1 - Turística; 2 - Paisagística; 3 - Ambiental; 4 - Esportiva; 5 - Recreativa; 6 - Náutica; 7 - Pesqueira; 8 - Cultural / Histórica; 9 - Expansão imobiliária; 10 - Educacional		Acompanhar a implantação do Centro Cultural (SESC) Caborê	Garantir a adequada relação com o rio de forma a prever estruturas junto ao rio que venham a fomentar o interesse por atividades náuticas de seus usuários, favorecendo o acesso aos esportes náuticos	APD	03, 17	imediate	pontual	SESC	Prefeitura, CGPO
4 e 5	52				Mapeamento das associações que poderiam promover ações de esportes náuticos e recreativos nos rios, observando o enquadramento dos trechos do rio e as necessidades para o fomento das atividades sócio esportivas.	Para entender as potencialidades e demandas	APD	03, 15 e 17	Imediato	Pontual	Prefeitura (SETUR)	SESC, ONGs, Associações
4 e 5	53				Ampliação e manutenção da ciclovía e passeio público.	Qualificação Urbana das áreas lindeiras aos rios	APD	03, 15	Curto	Pontual	Prefeitura	Estado
2 e 4	54				Incentivar e acompanhar a restauração dos edifícios de valor cultural como a Santa Casa e Igreja Matriz.	Preservação do patrimônio histórico localizado nas áreas de acréscimo de marinha	APD	03, 11	Curto; Médio	Pontual	IPHAN	Prefeitura
4	55				Incentivar e acompanhar de forma preventiva os eventos culturais da cidade, aproveitando estes para divulgar e sensibilizar para sobre as ações de gestão integrada da Orla.	Promover a educação ambientar e a gestão da orla	APD	03, 11	Curto	Contínuo	Prefeitura (SETUR, SEMA)	ONG's; Associações
4 e 5	56				Avaliar e considerar estruturas de apoio às atividades da pesca artesanal e de subsistência nos rios Perequê-Açu e Matheus Nunes	Ordenar o uso das atividades de pesca	APD	03, 11	Curto	Pontual	Prefeitura (SETUR, SEMA)	ONG's; Associações
5	57				Incentivar e acompanhar a implantação de Escola de Carpintaria Naval Artesanal atrelada à proposta de educação diferenciada do município.	Promover os fazeres e saberes locais da população tradicional	APD	03, 11	Curto, Médio	Pontual	Universidades	Prefeitura

Apresentamos a seguir a tabela síntese, desenvolvidas durante as oficinas participativas, que identificam os problemas e potencialidades que estão referenciadas nas tabelas de Ações acima.

QUADRO DETALHADO - GERAL								
A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
ESPAÇOS DE CARACTERÍSTICAS GERAIS SEMELHANTES	SETORES HOMOGÊNEOS DE PRAIA	METODOLOGIA - DECRETO Nº 5300/2004	DETALHAMENTO DO QUADRO GERAL		DETALHAMENTO DO QUADRO GERAL	CAUSA DO PROBLEMA OU ATRIBUTO DA POTENCIALIDADE	ASSOCIADOS AO PROBLEMA OU À POTENCIALIDADE	O QUE EXISTE PARA A ÁREA?
1		C	Baía calma, praias, muitas ilhas, porto natural, mangue e mar, mata atlântica, cachoeiras, trilhas. Não tem prédios e indústrias. Muita água (doce). Marinas, guarda de embarcações, serviços de manutenção, lojas náuticas, turismo náutico, turismo de montanha, alambiques, índios e quilombos, comunidade caiçara. Pousadas e restaurantes, grande diversidade (cultural) humana. Município muito extenso e insuficiência de estradas e acessos para as localidades	1	Ponto visto de forma contraditória pelos participantes das oficinas: Problema: Inconveniente demanda de ampliação e criação de novos aterros que pode afetar as poucas áreas de mangue ainda remanescentes. Potencialidade: Demanda das Marinas por alinhamento do waterfront das marinas ordenando a região.	Supervalorização econômica do turismonáutico	Degradação da vida marinha; aumento da poluição e assoreamento	Não sabemos
1	1	C		2	Poluição das águas	Esgoto sendo despejado diretamente no rio	Destruição e morte do manguezal	Não sabemos
1	1	C		3	Ausência de dados ambientais e geotécnicos	Falta de interesse público (investimento)	Falta de informação para geração (avaliação) de impactos ambientais	Não sabemos
1	3	C		4	Poluição do manguezal	Toda poluição da região. Sua forma de ocupação sem o saneamento ambiental devido.	Contaminação dos organismos marinhos e mal cheiro	Não sabemos
1	4A	C		5	Assoreamento da baía de Paraty e dos canais de navegação	(Disposição) Depósito de sedimento no local causados ou aceleradas pelas ações humanas a montante	Dificuldade de operação das embarcações (lança de salvamento) na maré baixa,	Não existe projeto
1	4C	C		6	Poluição do mar por meio de óleo e de esgoto das embarcações	Vazamento de óleo de embarcações, lançamento no mar, esgotamento sanitário inadequado	Poluição e comprometimento da vida marinha	Não existe projeto
1	5	C		7	Falta de ordenamento náutico na região das Marinas e "Praia dos Vagabundos"	Falta de fiscalização	Poluição (marinha) marítima	Projeto de marina particular
1	5	C		8	Falta de acesso à "Praia dos Vagabundos"	Fechamento da servidão	Privação do uso público	Não sabemos
1		C		9	Retomada da coleta seletiva de resíduos nas marinas pelo município	Antigamente havia uma empresa que coletava os recicláveis mas deixou de atuar até onde sei. O alinhamento se faz necessário para otimização dos espaços.	Diminuir volume de resíduos orgânicos com itens que podem ser reciclados e o alinhamento ajudaria no sentido de mitigar o assoreamento oriundo de fontes difusas nas UP's das marinas	Não sabemos

QUADRO DETALHADO - GERAL

A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
1		C		10	Falta de disponibilidade e acesso às informações existentes resultando na não utilização e geração de informações redundantes relacionadas aos aspectos oceanográficos, sedimentares, meteorológicos e operacionais para as embarcações nas marinas.	unificar os dados em um mesmo sistema e usá-los nos estudos/projetos/modelos matemáticos	Potencializar os estudos e projetos	Não sabemos
2	1	C	Terminal pesqueiro da Ilha das Cobras, em frente ao mar. Embarque (e desembarque) de pescado. Embarque de material e pessoas para transporte para as ilhas. Comércio local. Venda de pescado no local. Valorização (das atividades) de descarnadeiras e descarnadeiras. Passarela de ligação entra a Ilha das Cobras e Centro Histórico. Integração das comunidades das Ilhas das Cobras e Centro Histórico. Circulação de turistas nacionais e internacionais no cais de pescadores e (interação) com as comunidades. Facilidade de acesso para embarque, desembarque, socorro médico acessível	11	Falta de ordenamento das Embarcações de turismo	Falta de regularização do cais; Falta de cadastramento das embarcações; Falta de fiscalização; Falta da busca de informação por parte dos caiçaras para utilização do espaço público	Turismo de Baixa Qualidade; Degradação Ambiental; Apropriação indevida do espaço público; Risco de integridade física; Dificuldade de acesso; Prejuízo Econômico	Secretaria Executiva (???) Gerenciamento Costeiro (???)
2	1	C		12	Desordenamento dos Estacionamento de veículos	Falta de Regulamentação clara	Uso indevido do espaço público	não sabemos
2	1	C		13	Falta de ordenamento de boias e flutuantes	Falta de Regulamentação clara	Uso indevido do espaço público	Desconhecemos
2	1	C		14	Falta de espaço para beneficiamento de pescado	Falta de Regulamentação clara	Uso indevido do espaço público	Desconhecemos
2	1	C		15	A Existência da APA Marinha Municipal Baía de Paraty pode ser uma potencialidade para o ordenamento da região	Potencialidade de cuidar do território	Potencialidade de cuidar do território	Desconhecemos
2	1	C		16	Falta de padronização das barracas e quiosques	Falta de Regulamentação clara	Uso indevido do espaço público	Desconhecemos
1,2,3,4 e 5				17	Potencialidade: Reciclagem de resíduos	Existe um programa mas ainda é restrito a algumas áreas e tem pouca adesão	Qualificar o meio ambiente	existe um programas de coleta seletiva
2	1	C		18	Necessidade de promover a Inclusão social entre bairros vizinhos levando o saneamento para os bairros menos favorecidos	Falta de processos de inclusão no planejamento da cidade	Exclusão de determinados bairros no processo	Desconhecemos
2	1	C		19	Pouca mobilidade e acessibilidade das embarcações para transportes e pedestres no cais pesqueiro da foz do Rio Mateus Nunes até o Pontal	Assoreamento da baía	perda da capacidade econômica pela impossibilidade de exercer a atividades	Desconhecemos
2	1	C		20	Falta de cadastramento dos barcos presentes na região; desrespeitos às regras de uso, falta regulamentação municipal de uso do cais	Falta de controle e monitoramento	Desorganização e impacto negativo no uso do cais	Desconhecemos
				21	Desorganização do Cais pesqueiro turismo e flutuantes	Falta de Regulamentação clara e fiscalização	Uso indevido do espaço público	Desconhecemos

QUADRO DETALHADO - GERAL

A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
2	2	C	Cais de turismo para embarcações de médio e grande porte, estacionamento não pavimentado, banheiros, atracadouro para barcos de pequeno porte, conexão com a Praça da Bandeira e Terra Nova, principal porto de embarque e desembarque turístico. Turismo náutico e fonte de renda, pesca artesanal, pesca esportiva. Esportes náuticos com regramento	22	Utilização irregular do local de preservação	Falta de fiscalização dos órgãos ambientais (APA Marinha)	Perdas econômicas	Desconhecemos
2	2	C		23	Estacionamento irregular	Falta de projetos viáveis para manter e assegurar o impacto ambiental	Ocupação irregular	Fundação APA Municipal Baía de Paraty
2	2	C		24	Necessidade de entendimento dos processos antrópicos e naturais da área de acréscimo de marinha conhecida como Terra Nova	Turismo irregular	Degradação do meio ambiente	Lei 720/1986 – Código de Posturas
2	2	C		25	Camping irregular	Falta de Regulamentação clara	Impacto negativo no meio ambiente	Desconhecemos
2	2	C		26	Desqualificação do turismo náutico	Falta de Regulamentação clara	Incompatibilidades e conflitos nos usos das águas	Desconhecemos
2	2			27	Excesso de quantidade de embarcações no cais com utilização irregular	Falta de Regulamentação clara	Uso indevido do espaço público	Desconhecemos
2	2 / 3	C		28	Falta de preservação ambiental e falta de fomento das práticas tradicionais (pesca, maricultura e algicultura) obs.: nem todas citadas são tradicionais mas complementam a renda e mantem o pescador no ambiente marinho; Ausência de atividades complementares à pesca (uma vez que esta é sazonal).	pesca industrial e predatória; ausência de políticas publicas que atuem neste segmento; Excesso de burocratização para a pesca artesanal; turismo exacerbado	mais dificuldade em manter os equipamentos utilizados nas atividades pesqueiras; menor retorno financeiro para o pescador; menor articulação da categoria pesqueira; Desmatamento de mata ciliar (APP); Evasão de atividades pesqueiras; Perda de conhecimento tradicional; Prejuízo Financeiro	APA Cairuçu; Colônia Pesqueira; Bolsa Defeso
2	3	C		29	Excesso de mesa e cadeiras de forma fixa ocupando a praia de forma irregular (privatização da praia)	Falta de conhecimento do regulamento e falta de busca do mesmo	Restrição da faixa de areia para os usuários em geral; baixa qualidade no turismo; impacto negativo visual	Fundação APA Municipal Baía de Paraty; Projeto Orla e Gerenciamento Costeiro
2	3	C		30	Falta de Sistema de Esgotamento (rede e tratamento)	Falta de consciência e responsabilidade pessoal e empresarial na atuação diária; adequação para capacidade de esgotamento residencial e comercial sem impacto ambiental; ausência de esgotamento sanitário nas embarcações; Falta de Saneamento Básico	Rios Poluídos; Poluição Marinha; Impacto Econômico geral; Saúde Publica Risco	Já existe projeto de saneamento em andamento pela prefeitura
2	3	C		31	Assoreamento acelerado devido a ações antrópicas	Foz de dois rios causas naturais. Ocupações irregulares na beira mar; Ocupações irregulares na beira Rio	Dificuldade na navegação e acesso local; Prejuízo Esporte e Lazer; Prejuízos financeiros e físicos das embarcações; Prejuízo à pesca artesanal	Projeto Limpa Rio

QUADRO DETALHADO - GERAL

A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
2	3	C	... continuação	32	Falta de Qualidade ambiental. Estudos, ordenamento, regramento, atuação. Preservar a biodiversidade e o título de Patrimônio Mundial	Degradação ambiental frente aos usos e crescimento da cidade	Degradação ambiental	Não sabemos
2	4	C		33	Falta de Educação diferenciada para a população tradicional, indígenas e quilombolas	Existência apenas do método tradicional de ensino; Desconhecimento de que poderia haver uma Educação Diferenciada; falta de consciência da necessidade de uma educação diferenciada; Difícil acesso ao centro da cidade	Desvalorização da cultura tradicional; Descontinuidade dos saberes e modos de vida tradicional; Falta de conhecimento da tradição e cultura local; baixa qualidade dos serviços prestados	Plano Municipal de Educação Diferenciada; Programa de Educação Patrimonial: saberes e fazeres
2	4	C		34	Os Estaleiros tem um potencial turístico ainda não explorado	A tradição existente na região que não é apresentada para o turista	A valorização dos saberes e fazeres tradicionais	Não sabemos
3	3	C	Manguezal, rio, praia, bairro de moradia, zona urbana, canais. Moradias, urbanização consolidada, pousadas, pesqueiro, esportiva, quiosques. Ocupação eclética: caiçaras, comerciantes, veranistas.	35	Supressão de vegetação de restinga	Extrativismo sem controle	transformação do ambiente natural	Não sabemos
Todas	3	C		36	Os processos de erosão e assoreamento se alteraram nas últimas décadas alterando a linha limite entre a terra e o mar	Assoreamento do rio, supressão da vegetação nativa como mata ciliar e APP, obstrução dos canais por falta de manutenção. Intervenção errada e muro mal feito.	Perda da faixa de areia e da praia, alteração da paisagem, avanço do mar com comprometimento de vias públicas, inundação, alteração da biota passível de ser coletada para consumo, como o vôngole	Projeto e monitoramento para proteger a praia como elaborado por David Zee e empresa francesa). Obra de contenção.
3	3	C		37	Esgoto sanitário na praia	Crescimento desordenado e especulação imobiliária	Poluição e comprometimento da vida marinha	Não sabemos
3	2 / 3	C		38	Expansão urbana sem controle	Interesse imobiliário pela região com aval da legislação urbanística municipal	Transformação do ambiente natural e urbanização com impactos ambientais	Existem glebas embargadas e outras já aprovadas para implantação

QUADRO DETALHADO - GERAL

A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
3		C	... continuação	39	Perda dos saberes e fazeres da comunidade tradicional com a mudança das atividades da região	Implementação de loteamentos	Transformação de um local onde havia uma prática dos saberes e fazeres tradicionais	Não sabemos
3	2 / 3	C		40	Presença de acumulação de resíduos sólidos junto a orla	Negligência do Poder Público e moradores	Perda do patrimônio ambiental histórico	Existe um projeto tramitando na prefeitura para readequação da coleta de resíduos sólidos
3		C		41	Aumento da Criminalidade	Falta de policiamento e ambiente da orla sem desenho e iluminação adequada	Perda do patrimônio ambiental histórico	Existe um projeto tramitando na prefeitura referente a questão de segurança no Jabaquara
3	2 / 3	C		42	Ocupação desordenada da praia com quiosques e embarcações	Apropriação indevida do espaço público e falta de fiscalização	Apropriação indevida do espaço público	Não Sabemos
3	2	C		43	Ausência de rancho de apoio à pesca artesanal	Falta de conhecimento das necessidades dos pescadores	desvalorização dos saberes e fazeres tradicionais	Não sabemos
3	2	C		44	Ausência de estrutura pública como rancho de pesca para manutenção de pequenas embarcações de pesca e turismo	Falta de organização local	Crescimento desordenado e falta de organização das atividades econômicas marinhas	Não sabemos
3	2	C		45	Impacto de vizinhança causado pela presença de "Campo de pouso de parapente"	Ocupação desordenada	Ruído e diminuição da segurança dos usuários da praia	Não sabemos
3	3	C		46	Assoreamento do Rio Jabaquara	Processo fruto, entre outros fatores, das ocupações urbanas localizadas à montante e junto as margens dos rios	Alteração do processo de sedimento e erosão da orla que resulta em assoreamento e enchentes na cidade	Não sabemos
3	1 / 2	C		47	Assoreamento de rios e canais resultando em mal funcionamento dos três canais do bairro do Jabaquara – Cassununga, R. Pedro Alvares Cabral e R. 22 de abril	Crescimento desordenado e falta de gestão do poder público	Alagamento de ruas e quarteirões por dias consecutivos após chuvas ou avanço da maré.	Não sabemos

QUADRO DETALHADO - GERAL

A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
3		C	... continuação	48	Canal que passa pela Rua Pedro Alvares Cabral parcialmente entupido alagando ruas e atrapalhando os moradores	Falta de manutenção ou dimensionamento inadequado da tubulação. Falta de saneamento	Mal cheiro, mosquitos e impedimento do acesso de moradores e turistas às residências e pousadas	Não sabemos
3	1	C		49	Necessidade de manutenção do canal da Toca do Cassununga	Fechamento do canal com manilhas que diminuam muito a vazão	As ações antrópicas mudaram o ciclo hidrológico e biológico interferindo com diversas espécies de peixes e o padrão de sedimentação	Não sabemos
3	1	C		50	Atual abandono do sítio arqueológico da Toca do Cassununga	Não sabemos. Desinteresse público	Perda de patrimônio arqueológico, histórico e cultural. Local de uso de drogas e desova do crime. Desvalorização do bairro	Não sabemos
3	3	C		51	Alteração da foz do rio Jabaquara. Constata-se a ausência do braço do rio existente antes da implementação do bairro.	Implementação do bairro e intervenções ocorridas no rio Jabaquara	Mudança na dinâmica de erosão e sedimentação da praia do Jabaquara	Não sabemos
3	2 / 3	C		52	Processo de poluição da praia do Jabaquara	Ausência de sistema de esgotamento; mudança do sistema hidrológico; ocupações em faixa de areia.	Perda da qualidade ambiental	Não sabemos
3	2 / 3	C		53	Falta de saneamento básico	Loteamento antigo implantado sem o saneamento exigido pela legislação atual	Os problemas de saneamento ambiental vão aumentando na medida que o loteamento vai se consolidando com a consequente impermeabilização do solo e aumento da demanda devido o aumento da população residente	Existe projeto de esgotamento em fase de implementação
3	2 / 3	C		54	Comprometimento da balneabilidade	Ausência de sistema de esgotamento; mudança do sistema hidrológico;	perda de balneabilidade permanente caso o problema se agrave	Existe projeto de esgotamento em fase de implementação
3	2 / 3	C		55	Ausência de ordenamento das embarcações	Aumento do uso da orla do Jabaquara por embarcações, falta de ordenamento urbano	Poluição visual, falta de local para guarda de embarcações	Não sabemos. Houve apenas choque de ordem. Projeto Orla

QUADRO DETALHADO - GERAL								
A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
3	3	C		56	Desordenamento das embarcações que operam turismo / desordenamento náutico	Crescimento desordenado nos últimos anos	Poluição visual, poluição da água, risco de acidente	Não sabemos.
3	2 / 3	C		57	Ausência de ordenamento dos quiosques	Ocupação indevida do espaço público. Falta de regulamentação	Ocupação da área de praia com mesas e guarda-sol	Não sabemos.
3	2 / 3	C		58	Falta de ordenamento urbanístico na orla	Deficiência de fiscalização do poder público e órgãos ambientais	Empobrecimento arquitetônico e urbanístico, poluição sonora	Não sabemos.
3	2 / 3	C		59	Falta de saneamento dos quiosques e descarte adequado de lixo	Falta de fiscalização. Falta de regularização.	Poluição direta e deterioração da praia	Não sabemos.
3	2	C		60	Substituição vegetação (original) por grama	O loteamento da área transformou uma determinada área em um gramado, que não é vegetação natural da região	transformação do ambiente natural	Não sabemos
			... continuação					
3	2 / 3	C		61	Falta de acessibilidade para PCD no calçadão e faixa de areia	Desenho não adequado e falta de empatia dos órgãos públicos para o enfrentamento desta questão	Restrição de direitos como usufruto por parte dos PCDs	Parece que não

QUADRO DETALHADO - GERAL

A	B	C	D	F	G	H	I	J
UNIDADE DE PLANEJAMENTO	TRECHO (UNIDADE DE PAISAGEM)	CLASSE	CONFIGURAÇÃO LOCAL E USOS	Nº REF	POTENCIALIDADES E PROBLEMAS	ATIVIDADES GERADORAS	EFEITOS E IMPACTOS	PROJETOS PREVISTOS OU EM IMPLANTAÇÃO
4 e 5		C	Beleza cênica do rio como espelho d'água, ausência de mata ciliar, canal retificado e assoreado sujeito à variação das marés. Apresenta estruturas de apoio náutico, contorna bairro histórico, apresenta espaço para eventos, presença de ponte de acesso e baixa densidade de ocupação. Principais atividades: comercial – bares restaurantes e hospedagem -, residencial, institucional, cultural e religioso. Principais usos: turístico, esportivo, recreativo e educacional. O padrão construtivo é predominante médio a alto.	62	Problemas: Ocupação (imobiliária) desordenada	Falta de fiscalização; Falta de oferta de terrenos legalizados; Êxodo populacional rural; Especulação imobiliária; Falta de gestão pública	Assoreamento; Esgoto nos rios; Supressão de mata ciliar; Enchentes causando tragédias; Descarte irregular do lixo	Plano Diretor (Revisão); Projeto habitacional em andamento (Em relação às enchentes); Revisão do Código de Obras, LUOPS e Portaria do IPHAN
				63	Problemas: Saneamento básico insignificante (insuficiente para uma boa qualificação ambiental)	Falta de: atuação do poder público; Fiscalização e controle; Assistência Técnica de Interesse Social (ATHIS); Educação ambiental (rede básica)	Doenças de veiculação hídrica; Assoreamento; Perda da biodiversidade; Eutrofização do corpo hídrico / rios por excesso de nutrientes; Depreciação da paisagem, poluição visual e mal cheiro	Parceria público privada celebrada e em andamento; Departamento de Educação Ambiental nas escolas (EMEFs – Secretaria Municipal de Educação)
				64	Problemas: Enchentes / inundações	Alto índice pluviométrico; Descarte inadequado de resíduos sólidos; Drenagem mal dimensionada; Ausência de manutenção da rede de drenagem; Influência das marés altas; Assoreamento; Ausência de projeto de macrodrenagem, bacias de decantação, etc.; Retenção Dragagem	Calamidade pública; Perdas de vida; Perdas de materiais; Comprometimento da mobilidade urbana e rural com isolamento de comunidades e bairros. Doenças de veiculação hídrica; Comprometimento dos serviços públicos	Desconhecemos
				65	Problemas: Insuficiência de pontes e passarelas dos rios	Falta de planejamento para curto, médio e longo prazo; Insuficiência (de pessoal) no corpo técnico da gestão pública; Descontinuidade dos gestores públicos referente à ponte inacabada; Ausência de manutenção na Passarela Mangueira / Ribeirinho e a ponte do Jabaquara; Crescimento desordenado e acelerado exigindo novas pontes e passarelas	Mobilidade urbana reduzida; Aumento do tempo nos deslocamentos; Redução e comprometimento do transporte público – ponte do Jabaquara; Conflito entre pedestres, ciclistas e veículos	Elaboração de Edital e Termo de Referência para o Plano Municipal de Mobilidade Urbana
4 e 5		C		66	Potencialidades: 1 - Turística; 2 - Paisagística; 3 - Ambiental; 4 - Esportiva; 5 - Recreativa; 6 - Náutica; 7 - Pesqueira; 8 - Cultural / Histórica; 9 - Expansão imobiliária; 10 - Educacional	Ambiente natural e ocupação histórica	Interesse turístico pela região	Projetos difusos necessitando o desenvolvimento e implantação de um plano turístico que salvguarde as qualidades ambientais e históricas

7. SUBSÍDIOS E MEIOS EXISTENTES

A seguir apresentamos em lista as legislações existentes, instituições afins, fóruns de decisão e material técnico científico que possam apoiar a execução das ações previstas no Plano de Gestão Integrada.

7.1. Base legal existente que permita implantar as ações normativas

Observar a legislação Federal, Estadual e Municipal incidentes na orla – consolidação do quadro detalhado das ações: Legislação aplicável ; Demanda alteração de leis vigentes?; Demanda destinação de imóveis da União?; Indicador; Fonte de recursos

7.1.1. Termo de Adesão à Gestão de Praias (TAGP)

Termo em tramite

7.1.2. Legislação Ambiental e Patrimonial Federal

- Lei que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente - Lei nº 7938/81
- Lei Nacional do Gerenciamento Costeiro - Lei nº 7661/88
- Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC-II
- Lei Federal sobre o Patrimônio da União - Lei nº 9636/98
- Lei de Crimes Ambientais – 9660/95
- Código Florestal – Lei 4771/65
- Complementação do Código Florestal – Lei 7803/89
- Lei da Criação das Estações Ecológicas e APAs – 7902/81
- Decreto do Parque Nacional da Bocaina
- Decreto da Criação da APA do Caiuruçú – 89242/83

7.1.3. Legislação Ambiental Estadual incidente sobre as áreas do PGI e TAGP

- Lei Estadual do Meio Ambiente;
- Plano de Gestão Estadual do gerenciamento Costeiro;
- Decreto da Criação do Parque Estadual do Paraty Mirim
- Decreto da Reserva Biológica da Joatinga
- Decreto da Estação Ecológica de Tamoios

7.1.4. Legislação Ambiental Municipal incidente sobre as áreas do PGI e TAGP

- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - Lei Complementar nº 034, de 09 de janeiro de 2007.
- Zoneamento Municipal - Lei Complementar nº 048, de 16 de junho de 2017 - LUOPS.
- Lei de Uso e Ocupação do Solo - Lei Complementar nº 048, de 16 de junho de 2017 - LUOPS;
- Portaria nº 402/2012 IPHAN Paraty RJ - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.
- Lei de Controle Urbanístico - Lei Complementar nº 048, de 16 de junho de 2017 - LUOPS
- Portaria nº 402, de 13 de setembro de 2012 IPHAN Paraty RJ - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN
- Código de Obras Municipal - Lei nº 655, de 16 de novembro de 1983.
- Código de Postura - Lei nº 720, de 07 de julho de 1986.
- Zoneamento Costeiro - Lei nº 1.767/2011 - Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (Diretrizes básicas para criação e obrigação de fazer);

- Plano Municipal de Desenvolvimento Aquícola e Pesqueiro (Diretrizes básicas para criação).- Lei nº 1.850/2012

7.2. BASE INSTITUCIONAL LOCAL PARA EXECUTAR AS AÇÕES PREVISTAS

Órgão Estadual do Meio Ambiente

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADS;

Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente — FEEMA;

Fundação Instituto Estadual de Florestas — IEF/RJ;

Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas — SERLA

Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ;

Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro — FIPERJ;

Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC.

7.2.1. Secretarias Municipais

Secretaria Municipal do Ambiente - SEMAM

Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária – SHRF

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SMAP

Secretaria Municipal de Obras e Transporte- SOT

Secretaria Municipal de Turismo – SECTUR

Secretaria Municipal de Cultura – SECULT

Secretaria Municipal de Educação- SME

Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil - SMS/DC

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEL

Secretaria Municipal de Planejamento – SECPLAN.

Secretaria Municipal de Finanças – SECFIN

7.2.2. Gestor Municipal de Praia (Cláusula Sexta do TAGP)

Gestor de Praias e Coordenador do Gerenciamento Costeiro Wanderson Teixeira

7.2.3. Outras Instituições

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – 6ª Região

Instituto Estadual do Ambiente – INEA

Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TURISRIO

7.2.4. Disponibilização de informações relativas ao TAGP no sítio eletrônico oficial do Município (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V)

Tem página específica sobre o Projeto Orla Paraty (TAGP / PGI)

<https://www.paraty.rj.gov.br/projeto-orla-paraty>

7.3. FÓRUNS DE DECISÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO

7.3.1. Fóruns existentes

- CONCIDADE - Conselho da Cidade de Paraty | PMP;
- CONDEMA - Conselho Municipal do Ambiente | PMP;
- CONBAPA - Conselho Municipal da Baía de Paraty | PMP;
- CONAPA - Conselho da APA do Cairuçu | NGI-ICMBio;
- COPARNA - Conselho do Parque Nacional da Serra da Bocaina | NGI-ICMBio;
- CONTUR - Conselho Municipal de Turismo | PMP.

7.3.2. Canais de comunicação e denúncia estabelecidos (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V, item a.6)

Paraty ainda não possui um canal específico porem existe o canal da ouvidoria municipal no site da PMP - <https://paraty.flowdocs.com.br/public/home/group/3>

7.4. INSTRUMENTOS GERENCIAIS E LOCAIS EXISTENTES

7.4.1. Permissão de Uso para eventos de curta duração de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, gratuita ou onerosa (Cláusula Sétima do TAGP, inciso I)

As duas áreas de evento da margem esquerda e direita do Rio Perequê-açu, que também funcionam como estacionamento. O município não possui uma permissão formal para esses usos.

7.4.2. Cessão de uso, aos Estados, entidades sem fins lucrativos das áreas de educação, cultura, assistência social ou saúde e às pessoas físicas ou jurídicas, em se tratando de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional, gratuita ou onerosa (Cláusula Sétima do TAGP, inciso II)

Inexistente nas Unidades de Planejamento objeto deste PGI

7.4.3. Contratos e Termos com a Marinha do Brasil

Existe termo de cooperação do município com a Capitania dos Portos.

7.4.4. Contratos e Termos com Ministério do Meio Ambiente

Inexistente.

7.4.5. Contratos e Termos entre Municípios

Inexistente.

7.4.6. Contratos e Termos com Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – SPU (Cláusula Sétima do TAGP)

Inexistente.

7.4.7. Contratos e Termos firmados com terceiros, com suas respectivas licenças ambientais (Cláusula Terceira do TAGP, inciso V, item a.5)

Inexistente.

7.4.8. Instrumentos de gestão pesqueira

Seguro Defeso Federal complementado pelo Seguro Defeso Municipal .

7.4.9. Plano de Emergência para combater riscos por acidentes naturais e antrópicos

Programa Limpa Rio do Governo do Estado do Rio de Janeiro com Licença Ambiental - LA vigente Que proporcionou a dragagem emergencial dos Rios Matheus Nunes e Perequê-Açu.

7.5. material técnico- científico disponível

BAIRD & ASSOCIATES S.A.; SINERGÉTICA ESTUDOS E PROJETOS LTDA. Ponta da Praia Beach Erosion. Charles Fournier, 2011.

BENCHIMOL, M. DE F. Gestão de Unidades de Conservação Marinhas: um Estudo de Caso da Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty, RJ. Dissertação de Mestrado—Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2007.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARATY. Câmara Municipal de Paraty - RJ. Público. Disponível em: <<https://paraty.rj.leg.br/site/>>. Acesso em: 23 maio. 2022.

CHM/DHN/MM. Tábuas de Maré | Centro de Hidrografia da Marinha. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/chm/tabuas-de-mare>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

CPRM. Processos Hidrológicos - Inundações, Enchentes, Enxurradas e Alagamentos na Geração de Áreas de Risco. Em: CURSO DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS PARA PREVENÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS. Vitória, ES, 2017.

CREED, J. C.; CASARES, F. A.; OLIVEIRA, A. E. S. Características Ambientais: Água. Em: Biodiversidade da Baía de Ilha Grande. Biodiversidade. Brasília: MMA, 2007. p. 111–131.

CREED, J. C.; PIRES, D. O.; FIGUEIREDO, M. A. DE O. Biodiversidade Marinha da Baía da Ilha Grande. 2.ed. ed. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas / MMA, 2007. v. 23

DHN. Carta Náutica 1633, 1981.

IBAMA / MMA. Plano de Manejo ESEC Tamoios. Angra dos Reis, RJ: [s.n.].

IBGE. Panorama dos municípios brasileiros. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraty/panorama>>. Acesso em: 3 jan. 2022a.

IBGE. Paraty (RJ) | Cidades e Estados | IBGE. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/paraty.html>>. Acesso em: 22 maio. 2022b.

ICMBIO. Parque Nacional da Serra da Bocaina. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/parnaserradabocaina/destaques/boletim-informativo/atributos-naturais/wf-menu-config.html>>. Acesso em: 23 maio. 2022a.

ICMBIO. Área de Proteção Ambiental de Cairuçu. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/cairucu/com-phocagallery-fb/o-que-fazemos.html>>. Acesso em: 23 maio. 2022b.

ICMBIO. Estação Ecológica de Tamoios - ESEC Tamoios. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/esectamoios/>>. Acesso em: 23 maio. 2022c.

INEA. Reserva Ecológica Estadual da Joatinga. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/reserva-ecologica-estadual-da-juatinga/inea.rj.gov.br>>. Acesso em: 23 maio. 2022.

INEA. Diagnóstico do Setor Costeiro da Baía de Ilha Grande. Subsídios à elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro. [s.l: s.n.]. v. 1

INEA. Mapeamento do Uso e Cobertura Vegetal: PRH-BIG. Angra dos Reis, RJ: CBH-BIG, 2018a.

- INEA. Relatório de Caracterização Socioeconômica - RD02: Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande. Angra dos Reis, RJ: [s.n.].
- INEA. Relatório sobre Políticas, Planos, Programas e Projetos Setoriais sobre os Recursos Hídricos: Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande. Angra dos Reis, RJ: CBH-BIG, 2018c.
- INEA. Relatório de Caracterização Física e Biótica - RD01: Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande. Angra dos Reis, RJ: Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande - CBG-BIG, 2019.
- IPHAN. Paraty e Ilha Grande (RJ) recebem título de Patrimônio Mundial da Unesco - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5164/paraty-e-ilha-grande-rj-ganham-titulo-de-patrimonio-mundial-da-unesco>>. Acesso em: 22 maio. 2022a.
- IPHAN. Paraty e Ilha Grande Cultura e Biodiversidade - Patrimônio Mundial Misto. IPHAN, 2019b.
- IPHAN. Paraty e Ilha Grande: Cultura e Biodiversidade. Patrimônio Mundial Misto, 2019c. Disponível em: <<https://www.paraty.rj.gov.br/paraty-patrimonio-mundial>>
- LABORATÓRIO DE HIDROLOGIA E ESTUDOS DE MEIO AMBIENTE. PERHRJ RE-06_Caracterizacao_Ambiental_Revisao_mar2014. [s.l.] Fundação COPPETEC / UFRJ, 2014a. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRechid/PlanosdeBaciaHidrografica/index.htm#ad-image-0>>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- LABORATÓRIO DE HIDROLOGIA E ESTUDOS DE MEIO AMBIENTE. Elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro - F2-F - Caracterização Ambiental - Versão Final. [s.l.] Fundação COPPETEC / UFRJ, mar. 2014b.
- MMA. Caderno da Região Hidrográfica Atlântico Sudeste. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- NEVES, S. R. DE A. et al. A erodibilidade dos solos no médio e baixo curso da bacia hidrográfica do rio Mateus Nunes (Paraty, RJ). Anais apresentado em XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Teresina, PI, 2015.
- PINHEIRO, A. B. et al. Praias do litoral de Paraty (RJ). Os Desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento, p. 2864–2875, 2017.
- PREV. MUN. PARATY. Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Paraty, RJ: [s.n.].
- ROSMAN, P. C. C. et al. Baías de Ilha Grande e Sepetiba. Disponível em: <http://www.baiasdobrasil.coppe.ufrj.br/assets/relatorios/rel_ilhagrande_sepetiba.html>. Acesso em: 6 jan. 2022.
- SISTEMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL. Plano de Contingência Municipal para Respostas aos Desastres Ocasionalmente por Chuvas Intensas: PLANCON 2020 - 2021. [s.l.] Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- SOLVING CONSULTORIA EM TURISMO. Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty. Paraty, RJ: [s.n.].
- UNACOOOP. Diagnóstico Territorial - Território Baía da Ilha Grande – Rio de Janeiro, 2008a. . Acesso em: 3 dez. 2021
- UNACOOOP. Diagnósticos Municipais Baía de Ilha Grande. [s.l.] União das Associações e Cooperativas de Pequenos Produtores Rurais do Estado do Rio de Janeiro, 2008b. Disponível em: <<http://unacoop.org.br/articulação-territorial>>. Acesso em: 20 nov. 2021.

UNACOOOP. Diagnostico Territorial - Território Baía de Ilha Grande - Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: União das Associações e Cooperativas Usuárias do Pavilhão 30 - UNACOOOP, 2011. . Acesso em: 12 dez. 2021.

ZEE, D. Erosão de Praia: Impactos e Soluções. Estudo de caso, Jabaquara Paraty – RJOlhar Oceanográfico, 2016. Disponível em: <<https://olharoceanografico.com/erosao-de-praia-impactos-e-solucoes-estudo-de-caso-jabaquara-paraty-rj/>>. Acesso em: 21 maio. 2022

8. CRONOGRAMA GERAL

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES					
UP	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 5 anos	acima de 5 anos
1	Demandar ao Conselho Gestor da APAM que se estabeleça na "Praia dos Vagabundos" uma área pública de uso temporário/pouso de embarcações.				
1	Prefeitura propor ao CBH-BIG a criação de um Grupo de Trabalho ou instância correlata para caracterizar, monitorar e disponibilizar os dados referentes aos aspectos oceanográficos, hidrológicos, sedimentares, meteorológicos e socioambientais, no recorte territorial da unidade hidrológica de planejamento - UHP 03 - Rio Perequê - Açu, para fins entre outros: para elaboração do Plano de gestão de sedimentos e assoreamento para a manutenção da profundidade mínima da baía / otimização das vias navegáveis.				
1	Termo de cooperação entre INEA e Prefeitura para orientação e acompanhamento técnico para obtenção do licenciamento das dragagens pelas marinas.				
1	Incentivar a Associação de Marinas e as marinas independentes a organização das informações relacionadas às condicionantes e resultados de monitoramento ambiental dos processos de licenciamento para integração das informações, otimização de esforços, diminuição de redundância e concatenação de esforços na continuidade do processo de licenciamento.				
2	Atender as exigências dos órgãos competentes para a conclusão do processo de regularização das estruturas náuticas públicas: cais de turismo, cais flutuante da Santa Rita, passarela entre centro histórico e ilha das cobras e cais flutuante dos pescadores, cais flutuante de apoio ao hospital e cais flutuante Perequê-açu, bem como as poitas para embarcações de pequeno e médio porte que utilizam o cais de turismo (público) no polígono informado pelo NCP - RJ.				
2	Regulamentar o uso: necessidade de análise de capacidade, padronização e regularização das embarcações complementada por uma consulta pública, estabelecer obrigatoriedade do tratamento de efluentes e água de porão das embarcações, sendo que, para as embarcações de pequeno porte, poderá ser apresentada o Manifesto de Resíduos ou outra solução que se ache conveniente e factível.				
2	Implementar no âmbito do CEFEC, CIETH, SEBRAE, SENAC e IFF cursos de capacitação técnica em beneficiamento de pescados, tratamento de efluentes, construção naval, receptivo turístico, saber e fazer da cultura popular tradicional, entre outros.				
3	Verificar a regulamentação aplicável quanto a presença do campo de paramotor e questões relativas ao impactos sonoros, ambientais segurança e propor as ações necessárias.				
4	Acompanhar a implantação do Centro Cultural (SESC) Caborê				
2 e 3	Elaborar edital para convocação e composição do Conselho Gestor da APAM e constituição do corpo técnico para elaboração do plano de manejo				
2 e 3	Levantamento das demandas dos pescadores(as) artesanais locais para elaboração do programa de necessidades do rancho comunitário.				
2, 4 e 5	Prefeitura enviar proposta na próxima plenária do CBH-BIG para solicitação de edital de demanda induzida de projetos para elaboração de estudos sobre hidrologia, erosão, sedimentação e assoreamento dos rios Perequê -açu e Mateus Nunes e áreas costeiras próximas para inclusão no plano de bacias de recursos hídricos do CBH-BIG				

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES					
UP	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 5 anos	acima de 5 anos
4 e 5	Mapeamento das associações que poderiam promover ações de esportes náuticos e recreativos nos rios, observando o enquadramento dos trechos do rio e as necessidades para o fomento das atividades sócio esportivas.				
Todas	Reativação do Conselho da Cidade para articulação entre o projeto Orla e a atualização da legislação urbanística (plano diretor)				
Todas	Reativar a rede de educação ambiental municipal				
1, 2 e 3	Articulação institucional entre os representantes do CBH-BIG para criação de um GT de elaboração de estudos e pesquisas sobre hidrologia, erosão, sedimentação e assoreamento do rio e praia do Jabaquara.				
2 e 3	A APAM municipal / PMP em parceria com universidades e o CBH - BIG buscar recursos para a elaboração de projetos de estudos sobre hidrologia, erosão, sedimentação e assoreamento do rio e praia do Jabaquara				
3	Elaboração de projeto para estruturação, preservação e visitação pública do sítio arqueológico da Toca do Cassununga - PERGUNTAR PARA IPHAN				
Todas	Articular junto à sociedade civil e a Prefeitura as estratégias de implantação do programa de coleta seletiva municipal para a ampliação e maior adesão dos moradores e grandes geradores resíduos.				
2	Sinalizar a faixa terrestre da orla com os usos permitidos e não permitidos para apoiar a fiscalização municipal, em especial: a região da Terra Nova; praia do Pontal; Jabaquara; terminal pesqueiro; cais de turismo.				
1	Diagnosticar e analisar a viabilidade técnica para o alinhamento do acréscido de marinha na região da Boa Vista (Marinas).				
1	Solicitar ao DAE a construção de uma ETE, tendo em vista a obrigatoriedade do tratamento de efluentes e água de porão das embarcações.				
3	Executar em caráter emergencial a dragagem no bairro do Jabaquara, conforme o Decreto Municipal 30/2018, de acordo com as ações preconizadas no Artigo 1º.				
4	Incentivar e acompanhar de forma preventiva os eventos culturais da cidade, aproveitando estes para divulgar e sensibilizar para sobre as ações de gestão integrada da Orla.				
4 e 5	Elaboração de estudo de viabilidade técnica de projetos para implementação de barreiras de retenção de resíduos sólidos (Ecobarreiras), e utilização da mesma como: instrumento de educação ambiental (na rede formal e informal de ensino) e engajamento das comunidades e das cooperativas de materiais recicláveis.				
4 e 5	Ampliação e manutenção da ciclovia e passeio público.				
4 e 5	Avaliar e considerar estruturas de apoio às atividades da pesca artesanal e de subsistência nos rios Perequê-Açu e Matheus Nunes				
2, 3	Regularização dos quiosques junto ao município, respeitando os procedimentos licitatórios previstos em lei, caso seja ratificado o TAGP, ou feita solicitação do município da cessão onerosa.				
Todas	A PMP por meio das secretarias elaborar o Plano de turismo de base comunitária de forma participativa, utilizando também como ferramenta as rodas de conversas valorizando os atrativos naturais e os saberes e fazeres tradicionais.				
1	Solicitar à Secretaria do Ambiente a criação de uma Campanha de educação ambiental para a destinação correta dos efluentes e resíduos sólidos das embarcações, envolvendo o INEA, universidades, sociedade civil, entre outros.				

CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES					
UP	AÇÃO OU DIRETRIZ (REESCRITAS NA OFICINA)	até 1 ano	de 1 a 2 anos	de 2 a 5 anos	acima de 5 anos
1	Demandar à capitania dos portos o levantamento das poitas existentes na "Praia dos Vagabundos" (Boa Vista).				
1	Garantir o acesso público (servidão) à "Praia dos Vagabundos".				
3	Elaborar um projeto que valorize o uso diurno e noturno da orla do Jabaquara (com iluminação pública, equipamentos esportivos, acessíveis ao PCD, idosos, PMR, etc.)				
2	Destacar como ação prioritária dentro do Plano de Manejo da APAM o levantamento de características bióticas, sociais e ambientais para uma recuperação ambiental da Terra Nova				
5	Incentivar e acompanhar a implantação de Escola de Carpintaria Naval Artesanal atrelada à proposta de educação diferenciada do município.				
2 e 4	Incentivar e acompanhar a restauração dos edifícios de valor cultural como a Santa Casa e Igreja Matriz.				
1	Elaboração de projeto, licenciamento e gestão dos sedimentos e execução das dragagens e busca de parcerias/convênio entre a Prefeitura, INEA e instituições correlatas.				
4	Conclusão da ponte entre o Parque Ipê e o Portal das Artes / Caborê				
5	Reconstrução da passarela entre o Parque da Mangueira e Ribeirinho				
3 e 4	Reconstrução da ponte do Jabaquara, tendo em vista seu estado atual de deterioração				
4 e 5	Criação de operação para gestão de risco de eventos extremos contendo: dragagem periódica planejada, sistema de alertas, sistema de contenção, sinalização ao longo dos rios, ente outros.				
4 e 5	Adequação das pontes e passarelas para fins de mobilidade e acessibilidade				
2	Envolver o Comitê Gestor Municipal do Projeto Orla, criado pelo Projeto Orla, no acompanhamento das discussões públicas sobre a implementação do plano de saneamento da cidade e projetos				
Todas	Implementação do sistema de tratamento de efluentes do centro urbano com divulgação, no site da Prefeitura, de toda a documentação pertinente, com base na Lei 12.527/2011 de acesso à informação.				
4 e 5	Requalificação das margens dos rios: Elaboração de projetos para o uso público dos vazios urbanos das margens dos rios; Recuperação da vegetação / APPs; Intervenções para garantir a segurança, estabilidade e revitalização das fachadas dos edifícios residenciais antigos na beira dos rios fora das áreas de risco.				

ANEXO 1 - PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Apresentamos a seguir o diário do Projeto Orla desenvolvido até o momento que documenta o processo de diálogo e participação para a construção do presente PGI – Plano de Gestão Integrada da Orla.